

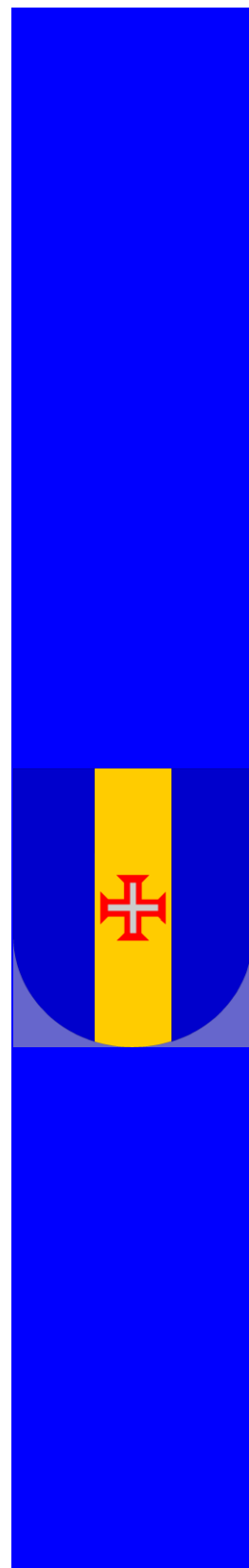


Relatório n.º 4/2017-FS/SRMTC

**Verificação Externa à Conta da Secção Regional
da Madeira do Tribunal de Contas
(Orçamento do Estado) - 2016**

Processo n.º 1/17 - VEC

Funchal, 2017





Tribunal de Contas
Secção Regional da Madeira

PROCESSO N.º 1/17 – VEC

**Verificação Externa à Conta da Secção Regional
da Madeira do Tribunal de Contas
(Orçamento do Estado)**

Gerência de 2016

RELATÓRIO N.º 4/2017-FS/SRMTC

SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

Abril/2017



ÍNDICE

<i>FICHA TÉCNICA</i>	2
<i>RELAÇÃO DE SIGLAS</i>	2
1. SUMÁRIO	3
1.1. INTRODUÇÃO.....	3
1.2. CONCLUSÕES.....	3
1.3. RECOMENDAÇÕES.....	3
2. CARACTERIZAÇÃO DA AÇÃO	5
2.1. FUNDAMENTO, ÂMBITO E OBJETIVOS.....	5
2.2. METODOLOGIA.....	5
2.3. RESPONSÁVEIS.....	7
2.4. GRAU DE COLABORAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS.....	7
2.5. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.....	7
2.6. AUDIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS.....	8
3. RESULTADOS DA VERIFICAÇÃO DA CONTA	9
3.1. FLUXOS FINANCEIROS DA GERÊNCIA.....	9
3.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS NO BIÉNIO.....	9
3.3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	10
3.3.1. <i>Balanço</i>	10
3.3.2. <i>Demonstração de resultados</i>	10
4. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA	11
5. CONCLUSÕES	12
5.1. CONCLUSÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA.....	12
5.2. CONCLUSÕES DA VERIFICAÇÃO EXTERNA.....	12
6. EMOLUMENTOS	13
7. DETERMINAÇÕES FINAIS	13
ANEXOS	15
I - <i>Balanço – 2015/2016</i>	17
II - <i>Demonstração de Resultados – 2015/2016</i>	19
III - <i>Relatório de Auditoria da ABC-SROC, Lda</i>	21
IV - <i>Relatório de Conclusões e Recomendações da ABC-SROC, Lda</i>	25
V - <i>Nota de emolumentos e outros encargos</i>	73

FICHA TÉCNICA

SUPERVISÃO	
Alexandra Moura	Auditora-Chefe
EQUIPA DE AUDITORIA	
Andreia Freitas	Técnica Verificadora Superior
Isabel Gouveia	Técnica Verificadora Superior

RELAÇÃO DE SIGLAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ABC-SROC, Lda.	ABC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Art.º	Artigo
CA	Conselho Administrativo
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CCP	Código dos Contratos Públicos
DF	Demonstrações Financeiras
DL	Decreto-Lei
INTOSAI	<i>The International Organization of Supreme Audit Institutions</i>
ISSAI	<i>International Standards of Supreme Audit Institutions</i>
Lda.	Limitada
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
OE	Orçamento do Estado
PG	Plenário Geral
SRMTC	Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas
TC	Tribunal de Contas
UAT	Unidade de Apoio Técnico
VEC	Verificação Externa da Conta



1. SUMÁRIO

1.1. INTRODUÇÃO

O presente documento contém os resultados da verificação externa realizada à conta de gerência de 2016 da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (SRMTC) - Orçamento do Estado (OE).

Refira-se que, em cumprimento da al. d) do art.º 113.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)¹, as contas do Tribunal de Contas (TC) (Sede e Secções Regionais), relativas à gerência de 2016, foram auditadas por uma empresa especializada, a *ABC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.* (ABC-SROC, Lda.)², cujos trabalhos foram objeto de revisão pelos auditores da SRMTC no âmbito da presente verificação externa, da qual se destacam as conclusões expostas no ponto seguinte.

1.2. CONCLUSÕES

A) ATIVIDADE FINANCEIRA

1. As transferências do OE na gerência de 2016 atingiram aproximadamente os 965,4 mil euros, registando uma taxa de execução de 97,2%, que, tal como em anos anteriores, foi integralmente direcionada ao pagamento das despesas com o pessoal no período compreendido entre janeiro e junho de 2016, na medida em que foi insuficiente para satisfazer os encargos no restante do ano (cfr. o ponto 3.1.).
2. A despesa total registou uma diminuição de 0,9%, por força da redução da dotação atribuída à SRMTC pelo OE (menos 8,8 mil euros), que observou igual diminuição de 0,9% face a 2015 (cfr. o ponto 3.2.).

B) FIABILIDADE DA CONTA

1. Os trabalhos executados pela ABC-SROC, Lda., e pelas auditoras da SRMTC não evidenciaram questões materiais suscetíveis de questionar a legalidade e a regularidade das operações examinadas e a consistência, integralidade e fiabilidade das contas e das Demonstrações Financeiras (DF) da SRMTC-OE (cfr. os pontos 5.1. e 5.2.);
2. A demonstração numérica a que se refere a al. c) do n.º 3 do art.º 54.º da LOPTC está apoiada nas DF apresentadas (cfr. o ponto 5.2.);
3. Em consequência, o TC, em consonância com a opinião emitida pela empresa de auditoria ABC-SROC, Lda., formula um juízo favorável sobre a conta de 2016 da SRMTC-OE (cfr. o ponto 5.2.).

1.3. RECOMENDAÇÕES

Atendendo ao teor dos factos exposto no relatório, resumidos nas observações da verificação externa, que não evidenciam deficiências na gestão financeira e na organização e funcionamento dos serviços, não se formulam quaisquer recomendações.

¹ Aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 2/2012, de 6 de janeiro.

² Empresa contratada a 10 de dezembro de 2015 para prestar os serviços de Auditoria Financeira às contas do pretérito ano do TC relativas à Sede, às Secções Regionais e à conta consolidada.



2. CARACTERIZAÇÃO DAAÇÃO

2.1. FUNDAMENTO, ÂMBITO E OBJETIVOS

Em harmonia com o previsto no Programa de Fiscalização da SRMTC para 2017³, foi encetada a verificação externa à conta da SRMTC-OE reportada à gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

A verificação externa visou apreciar os aspetos elencados no n.º 1 do art.º 54.º da LOPTC, nomeadamente apreciar se as operações efetuadas são legais e regulares, se a conta e as DF da SRMTC refletem fidedignamente os recebimentos e os pagamentos ocorridos na gerência, bem como a sua situação financeira e patrimonial, e se as correspondentes operações foram efetuadas de acordo com as normas legais e regras contabilísticas fixadas.

A ação compreendeu, ainda, a análise e a conferência da conta com vista à demonstração numérica das operações que integram o débito e o crédito da gerência de 2016, nos termos do art.º 54.º, n.º 3, al. b), articulado com o art.º 53.º, n.º 2, da LOPTC.

2.2. METODOLOGIA

A presente verificação externa⁴ apoiou-se na opinião formulada pela ABC-SROC, Lda.⁵, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis em matéria de utilização do trabalho de outros auditores⁶.

O trabalho efetuado por aquela empresa de auditoria, com vista à emissão de uma opinião formal sobre as DF da SRMTC, incluiu⁷:

1. Reuniões com os responsáveis dos Serviços e outros departamentos relevantes, para diagnóstico e definição das ações a desenvolver;
2. A análise do respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites, nos termos do referencial contabilístico adotado, e a apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
3. A apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente, os critérios e métodos de mensuração adotados pela Entidade;
4. A análise da classificação, registo e organização dos documentos de índole contabilística e verificação do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objetividade;
5. A verificação da conformidade das DF com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
6. A validação dos processos de natureza administrativa e sua articulação com a contabilidade, em particular:

³ Aprovado pelo Plenário Geral (PG) do TC na sua sessão de 15 de dezembro de 2016, através da Resolução n.º 2/2016-PG, publicada no Diário da República, II série, n.º 250, de 30 de dezembro de 2016.

⁴ Realizada com recurso aos métodos e técnicas de auditoria estabelecidos no Plano Global de Auditoria/Programa de Auditoria, aprovado pela Juíza Conselheira da SRMTC, por despacho de 23 de fevereiro de 2017, exarado na Informação n.º 10/2017-UAT III, da mesma data.

⁵ Incluindo a revisão dos papéis de trabalho pelas auditoras da SRMTC que suportaram a análise vertida nos pontos 3.4 e 4.6 do Relatório de Conclusões e Recomendações da ABC-SROC, Lda..

⁶ Vd. os normativos internacionais aplicáveis à utilização de trabalhos de outros auditores [cfr. as Linhas diretrizes europeias relativas à aplicação das normas de auditoria da INTOSAI – n.º 25 – Utilização dos trabalhos de outros auditores e peritos e ISSAI 1600 - Considerações especiais – Auditorias a demonstrações financeiras de grupo (incluindo o trabalho dos auditores dos componentes)].

⁷ Cfr. o Anexo IV respeitante ao Relatório de Conclusões e Recomendações elaborado pela ABC.

- ✓ A receção e conferência dos documentos de gastos e sua validação face às necessidades de recursos e às atividades desenvolvidas;
 - ✓ A emissão dos documentos de liquidação dos rendimentos e sua articulação com o sistema contabilístico de forma a validar a sua correta contabilização, evidenciando erros de omissão, duplicação, ou outros;
 - ✓ O controlo dos registos dos pagamentos e recebimentos, respetivamente, relativos aos pontos imediatamente anteriores;
 - ✓ A verificação da possibilidade de cruzamento e controlo com vista à obtenção de validações e provas de autenticidade das operações e dos respetivos registos contabilísticos.
7. O levantamento dos principais aspetos do sistema de controlo interno existente, políticas e procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria, nomeadamente:
- ✓ Conhecimento adequado de todos os assuntos materialmente relevantes para a tomada de decisões e preparação da informação financeira;
 - ✓ Segregação de funções incompatíveis;
 - ✓ Ligação entre os processos de compra e venda, respetiva contabilização, documentos de suporte e sistema de controlo interno.
8. A elaboração dos procedimentos de análise de controlo interno, com vista a identificar o nível de risco da entidade;
9. A realização dos testes substantivos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal;
10. A identificação de situações passíveis de gerar a necessidade de constituição de provisões para outros riscos e encargos (processos judiciais em curso);
11. A obtenção do conhecimento das tecnologias de informação adotadas pelo Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira que suportam os dados e informações necessárias para a elaboração das DF.
12. A análise dos procedimentos de contratação pública, incluindo:
- ✓ O cumprimento do disposto no Programa “*Pagar a Tempo e Horas*”;
 - ✓ A conformidade dos pagamentos atendendo às obrigações de regularidade procedimental previstas no Código dos Contratos Públicos;
 - ✓ A avaliação dos procedimentos de reflexão de compromissos financeiros futuros;
 - ✓ O cumprimento da unidade de tesouraria;
 - ✓ O cumprimento das regras impostas pela Lei dos compromissos.

A ABC-SROC, Lda., planeou e executou os seus trabalhos de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs), emanadas pela International Federation of Accountants (IFAC), complementadas pelas normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido estabelecidas políticas e procedimentos internos destinados a assegurar a objetividade e independência no respetivo trabalho de auditoria/revisão.



2.3. RESPONSÁVEIS

A verificação externa incidiu sobre o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016 da responsabilidade dos membros do Conselho Administrativo (CA) identificados no quadro abaixo⁸:

NOME	CARGO	PERÍODO DA RESPONSABILIDADE
Ana Mafalda Nobre Reis Morbey Affonso	Presidente	01-01-2016 a 31-12-2016
Alberto Miguel Faria Pestana	Vogal Efetivo	01-01-2016 a 31-12-2016
Filipa Manuela de Gouveia Brazão	Vogal Efetivo	01-01-2016 a 31-12-2016
Maria Merícia Correia Fernandes Dias	Vogal Substituto	01-01-2016 a 31-12-2016
Maria Alice Pereira Marques Ferreira	Vogal Substituto	01-01-2016 a 31-12-2016

2.4. GRAU DE COLABORAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

É de realçar a disponibilidade e o espírito de colaboração dos membros do CA e do Departamento de Apoio Instrumental do Serviço de Apoio da SRMTC, e ainda da ABC-SROC, Lda., que prestou os esclarecimentos solicitados e permitiu o acesso à informação recolhida e aos seus documentos de trabalho.

2.5. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O TC e as suas secções regionais são dotados de autonomia administrativa, constituindo as respetivas despesas de instalação e de funcionamento encargo do Estado, através do respetivo Orçamento, tal como resulta dos n.ºs 1 e 2 do art.º 31.º da LOPTC.

A fonte de financiamento OE trata-se de um serviço integrado, organicamente inserido nos “*Encargos Gerais do Estado*”, dotada de autonomia administrativa, estando sujeita à prestação de contas ao TC com respeito pelo art.º 113.º da LOPTC.

Ao Presidente do TC encontram-se conferidos poderes administrativos e financeiros idênticos aos que integram a competência ministerial, nos termos da segunda parte da al a) do n.º 1 do art.º 33.º da LOPTC, os quais podem ser delegados no vice-presidente e nos juizes das secções regionais, ao abrigo do n.º 2 do mesmo art.º 33.º.

As secções regionais são dotadas de conselhos de administração, os quais, em sintonia com o art.º 34.º, n.º 3, da LOPTC, são presididos pelo respetivo subdiretor-geral e integram dois vogais designados, a par dos suplentes, pelo juiz sob proposta daquele dirigente.

Aqueles órgãos exercem a competência de administração financeira que integra a gestão normal dos serviços de apoio, cabendo-lhes, em harmonia com o n.º 4 do art.º 34.º da LOPTC:

- Autorizar as despesas que não devam ser autorizadas pelo Presidente;
- Autorizar o pagamento de despesas, qualquer que seja a entidade que tenha autorizado a respetiva realização;
- Preparar os respetivos projetos de orçamento e o orçamento dos respetivos cofres, bem como as propostas de alteração orçamental que se revelem necessárias;
- Gerir os Cofres das secções regionais.

⁸ Cfr. o Despacho n.º 1/2014 – JC/SRMTC.

2.6. AUDIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Dando cumprimento ao princípio do contraditório consagrado no art.º 13.º da LOPTC, procedeu-se à audição dos membros do CA identificados no ponto **2.3.** deste documento⁹, tendo os mesmos apresentado alegações conjuntas¹⁰ dentro do prazo definido para o efeito, tendo aí aduzido nada ter a referir sobre o teor do relato que lhes foi presente.

⁹ Através dos ofícios da SRMTC n.ºs 443 a 447, respetivamente, todos de 29 de março de 2017 (vide a Pasta do Processo, folhas 44 a 48).

¹⁰ Com o registo de entrada na SRMTC n.º 719, de 30/03/2017 (vide a Pasta do Processo, folhas 49 a 58).



3. RESULTADOS DA VERIFICAÇÃO DA CONTA

3.1. FLUXOS FINANCEIROS DA GERÊNCIA

A estrutura orçamental da receita encontra-se patente no quadro *infra*:

QUADRO 1 - EXECUÇÃO DA RECEITA EM 2016

(Em Euros)

Receita	Orçamento final	Execução	Grau de Execução	Estrutura
R.99.99.98 Dotação orçamental - funcionamento	993 620,00	965 429,74	97,2%	100,0%
Total	993 620,00	965 429,74	97,2%	100,0%

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa e Mapa de Controlo Orçamental – OE – 2016

No ano de 2016 as transferências do OE atingiram aproximadamente 965,4 mil euros, sendo a sua taxa de execução de 97,2% face ao orçamentado.

A despesa teve uma execução da mesma ordem – 965,4 mil euros –, com a seguinte distribuição por rubrica de classificação económica:

QUADRO 2 - EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2016

(Em Euros)

Despesa	Orçamento final	Execução	Grau de Execução	Estrutura
Despesas correntes				
01. Despesa com o Pessoal	968 779,00	965 429,74	99,7%	100,0%
06. Reservas	24 841,00	0,00	0,0%	0,0%
Total	993 620,00	965 429,74	97,2%	100,0%

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa e Mapa de Controlo Orçamental – OE – 2016

Em termos globais foram despendidos menos 28,2 mil euros do que o estimado, a que corresponde uma execução de 97,2%, sobretudo devido à não descativação do montante previsto na rubrica 06-Reservas (24,8 mil euros)¹¹.

Por último, a totalidade das verbas provenientes do OE destinaram-se a suportar as *Despesas com Pessoal* referentes ao período compreendido entre janeiro e junho de 2016¹².

3.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS NO BIÉNIO

No biénio 2015/2016 a receita total registou uma diminuição de 0,9% (cerca de 8,8 mil euros) por conta da diminuição das dotações atribuídas à SRMTC pelo OE, conforme se pode observar no próximo quadro:

¹¹ As transferências do OE para 2016 para os serviços e fundos autónomos estavam sujeitas à cativação prevista no art.º 3.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o OE para 2016. De acordo com as referidas normas, a descativação desta verba só poderia realizar-se por razões excecionais, e mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças.

¹² Cfr. o Relatório de Gestão de 2016 (pág. 6).

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DOS RECEBIMENTOS

RECEITA	2015	2016	Δ 2015/2016	
			VALOR	%
R.99.99.98 Dotação orçamental - funcionamento	974 245,13	965 429,74	-8 815,39	-0,9%
Total	974 245,13	965 429,74	-8 815,39	-0,9%

As dotações atribuídas à SRMTC pelo OE foram insuficientes para fazer face às despesas com o pessoal, tendo sido necessário recorrer ao orçamento do Cofre Privativo¹³.

Já na vertente da despesa os pagamentos tiveram a seguinte evolução no período em análise:

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS

DESIGNAÇÃO	2015	2016	Δ 2015/2016	
			VALOR	%
Despesas Correntes				
01. Despesa com o Pessoal	974 245,13	965 429,74	-8 815,39	-0,9%
Total	974 245,13	965 429,74	-8 815,39	-0,9%

As despesas totais, compostas unicamente pelas *Despesas com o Pessoal* da SRMTC, sofreram idêntica diminuição na ordem dos 8,8 mil euros (- 0,9%).

3.3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os próximos dois pontos sintetizam a situação económica e financeira da Conta da SRMTC-OE no biénio de 2015/2016.

3.3.1. Balanço

Do Balanço do exercício de 2016¹⁴ destacam-se os seguintes aspetos:

- O *Ativo* é composto, na sua quase totalidade (97,8%), pelas *Imobilizações Corpóreas*, cujo montante ascende a 3 milhões de euros, e onde está incluído o Edifício Sede da SRMTC;
- No final do ano de 2016 os *Fundos Próprios* eram inferiores aos do ano anterior (1,03 milhões de euros) uma vez que o *Resultado Líquido* foi novamente negativo (- 5.058,52€);
- O *Passivo* apresentava igualmente um decréscimo de 21,2 mil euros (- 1,0%) relativamente a 2015, em virtude da redução dos montantes registados em *Proveitos Diferidos* (- 25,3 mil euros), resultante da imputação do subsídio ao investimento a proveitos do ano.

3.3.2. Demonstração de resultados

O exame à *Demonstração de Resultados* do exercício de 2016¹⁵ permite tecer as seguintes conclusões:

¹³ Com efeito, de acordo com o Relatório de Gestão (pág. 6), o orçamento do Cofre Privativo incorporou um crédito especial no montante de 594 643,64€, destinado a suportar, principalmente, as referidas despesas com pessoal.

¹⁴ Cfr. o Anexo I.

¹⁵ Cfr. o Anexo II.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

- Os *Custos e Perdas Operacionais* atingiram os 996,2 mil euros, ou seja, menos 2,2% que em 2015, dos quais 970,8 mil euros (97,9%) respeitam a *Custos com o Pessoal* e 25,3 mil euros (2,6%) a *Amortizações do Exercício*;
- O montante da despesa relativa aos *Custos e Perdas Extraordinários* foi de aproximadamente 0,00€, quando no ano anterior foi de 1,7 mil euros, devido à estimativa na conta “27.3.2 – *Remunerações a liquidar*” ter sido suficiente para fazer face ao pagamento do subsídio de férias;
- Os *Proveitos e Ganhos* totalizaram 992,1 mil de euros, representando um decréscimo de 2,5% face a 2015, dos quais 965,4 mil euros são atinentes às transferências do OE¹⁶, obtidas através de *Pedidos de Libertação de Créditos*;
- Houve um decréscimo dos *Proveitos e Ganhos Extraordinários* de 38,1% (- 16,4 mil euros) devido, fundamentalmente, à contabilização, como proveito, da amortização do ano do Edifício Sede adquirido com verbas do PIDDAC e a correções de acréscimos e diferimentos de exercícios anteriores, reportados essencialmente à regularização da especialização de férias do ano precedente;
- O *Resultado Líquido do Exercício* foi negativo (- 5 058,523€), o que representa um agravamento da situação em relação a 2015, de - 1,1 mil euros.

4. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA

A conta de gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, da responsabilidade do CA da SRMTC, foi instruída com todos os documentos necessários à sua liquidação, conforme estabelece a *Instrução n.º 1/2004 – 2ª Secção – Instruções para a organização e documentação das contas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública*¹⁷.

Das operações que integram o débito e o crédito da gerência resulta a demonstração numérica que se passa a evidenciar:

DÉBITO:

Saldo da gerência anterior	0,00€	
Recebido na gerência ¹⁸	1.261.390,28€	1.261.390,28€

CRÉDITO:

Saído na gerência ¹⁹	1.261.390,28€	
Saldo para a gerência seguinte	0,00€	1.261.390,28€

O saldo de abertura é nulo, correspondendo ao saldo final da conta de gerência anterior (2015), objeto de verificação externa, cujo Relatório n.º 10/2016-FS/SRMTC foi aprovado em sessão ordinária de 28 de março de 2016.

¹⁶ Que observaram uma redução de 8,8 mil euros (-0.9%) face a 2015.

¹⁷ Publicada no Diário da República, II Série, n.º 38, de 14 de fevereiro.

¹⁸ Inclui 300 958,01€ referentes a *Importâncias Retidas para Entrega ao Estado ou Outras Entidades - Fundos Alheios*.

¹⁹ Inclui 300 958,01€ referentes a *Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades – Fundos Alheios*.

5. CONCLUSÕES

5.1. CONCLUSÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA

Com fundamento nas verificações efetuadas, a ABC-SROC, Lda. apresentou o relatório da sua auditoria²⁰ no qual expressa a opinião de que as “(...) as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Tribunal de Contas – Secção Regional da Madeira em 31 de Dezembro de 2016, os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo por base o normativo contabilístico adotado para o sector público”.

Atestaram ainda que “(...) o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho Administrativo (...) satisfaz na generalidade os requisitos legais, estando em conformidade com as Demonstrações Financeiras do Exercício”.

5.2. CONCLUSÕES DA VERIFICAÇÃO EXTERNA

Os trabalhos executados pelas auditoras da SRMTC, que incluíram a revisão dos trabalhos da auditoria externa da ABC-SROC, Lda., não evidenciaram questões materiais suscetíveis de questionar a legalidade e a regularidade das operações examinadas e a consistência, integralidade e fiabilidade das contas e das DF da conta da SRMTC-OE.

Verificou-se, ainda, que a demonstração numérica a que se refere a al. c) do n.º 3 do art.º 54.º da LOPTC está apoiada nas DF apresentadas.

Em consequência, o TC, em consonância com a opinião emitida pela empresa de auditoria ABC-SROC, Lda., formula um juízo favorável sobre a conta de 2016 da SRMTC-OE.

²⁰ Cfr. os Anexos III e IV.



6. EMOLUMENTOS

Nos termos do n.º 6 do art.º 9.º e do n.º 1 do art.º 11.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, aprovado pelo art.º 1.º do DL n.º 66/96, de 31 de maio²¹, serão devidos emolumentos pela Conta do OE da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas no montante de 1 716,40€ (cfr. o Anexo V).

7. DETERMINAÇÕES FINAIS

No uso das competências que me são conferidas pela al. c) do art.º 104.º e pelo n.º 2 do art.º 107.º, lido em articulação com a al. a) do n.º 1 do mesmo art.º 107.º, *a contrario*, e nos termos do preceituado no n.º 3 do art.º 54.º, todos da LOPTC, decido:

- a) Aprovar o presente relatório e as conclusões nele formuladas;
- b) Ordenar que exemplares deste relatório sejam remetidos aos membros do Conselho Administrativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas identificados no ponto **2.3.** deste documento;
- c) Determinar a entrega de um exemplar deste relatório ao Exceletíssimo Magistrado do Ministério Público junto desta Secção Regional, em conformidade com o disposto no art.º 29.º, n.º 4, da LOPTC;
- d) Fixar os emolumentos referenciados no ponto **6.**;
- e) Mandar divulgar este relatório no sítio do Tribunal de Contas na *internet*, bem como na *intranet*, após a devida notificação aos responsáveis *supra* mencionados;
- f) Expressar ao Conselho Administrativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas o apreço pela celeridade na apresentação dos documentos solicitados e dos esclarecimentos prestados.

Aprovado, na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, aos 04 dias do mês de abril de 2017.

A Juíza Conselheira,

(Laura Maria de Jesus Tavares da Silva)

²¹ Retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-A/96, de 29 de junho, e alterado pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril.



ANEXOS



Tribunal de Contas
Secção Regional da Madeira

I - Balanço – 2015/2016

(em Euros)

DESCRIÇÃO	2016		2015		Δ % 2015/2016	
Ativo						
Imobilizado líquido						
42+44	Imobilizações corpóreas	3 029 778,08	97,8%	3 055 112,55	97,8%	-0,8%
41	Investimentos financeiros	69 215,27	2,2%	70 109,33	2,2%	-1,3%
TOTAL DO ATIVO		3 098 993,35	100,0%	3 125 221,88	100,0%	-0,8%
Fundos Próprios						
Fundos Próprios						
51	Património	1 341 295,29	43,3%	1 341 295,29	42,9%	0,0%
59	Resultados transitados	-305 533,99	-9,9%	-301 563,82	-9,6%	1,3%
88	Resultado líquido do exercício	-5 058,52	-0,2%	-3 970,06	-0,1%	27,4%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		1 030 702,78	33,3%	1 035 761,41	33,1%	-0,5%
Passivo						
Dívidas a terceiros – Curto prazo						
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
26	Outros credores	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Acréscimos e diferimentos						
273	Acréscimos de custos	218 874,06	7,1%	214 709,60	6,9%	1,9%
274	Proveitos diferidos	1 849 416,40	59,7%	1 874 750,87	60,0%	-1,4%
TOTAL DO PASSIVO		2 068 290,46	66,7%	2 089 460,47	66,9%	-1,0%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		3 098 993,24	100,0%	3 125 221,88	100,0%	-0,8%



II - Demonstração de Resultados – 2015/2016

(em Euros)

DESCRIÇÃO	2016		2015		Δ % 2015/2016
	VALOR	%	VALOR	%	
Custos e Perdas					
Custos com o pessoal	970 886,15	97,9%	993 279,89	97,6%	-2,3%
Amortizações do exercício	25 334,47	2,6%	25 334,47	2,5%	0,0%
(A)	996 220,62	100,4%	1 018 614,36	100,1%	-2,2%
Custos e perdas financeiras	894,06	0,1%	894,06	0,1%	0,0%
(C)	997 114,68	100,5%	1 019 508,42	100,2%	-2,2%
Custos e perdas extraordinárias	0,03	0,0%	1 715,35	0,2%	-100,0%
(E)	997 114,71	100,5%	1 021 223,77	100,4%	-2,4%
Resultado líquido do exercício	-5 058,52	-0,5%	-3 970,06	-0,4%	27,4%
TOTAL	992 056,19	100,0%	1 017 253,71	100,0%	-2,5%
Proveitos e ganhos					
Transferências e subsídios obtidos	965 429,74	97,3%	974 245,13	95,8%	-0,9%
(B)	965 429,74	97,3%	974 245,13	95,8%	-0,9%
Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
(D)	965 429,74	97,3%	974 245,13	95,8%	-0,9%
Proveitos e ganhos extraordinários	26 626,45	2,7%	43 008,58	4,2%	-38,1%
(F)	992 056,19	100,0%	1 017 253,71	100,0%	-2,5%
TOTAL	992 056,19	100,0%	1 017 253,71	100,0%	-2,5%



III - Relatório de Auditoria da ABC-SROC, Lda.

Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Óficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Tribunal de Contas - Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira – Agregado, Orçamento de Estado e Cofre Privativo**, reportadas a 31 de Dezembro de 2016, as quais compreendem:

- **Agregado (Orçamento de Estado + Cofre Privativo):** o Balanço, (que evidencia um total de € 6.139.477,93 (seis milhões, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete euros e noventa e três cêntimos) e um total de Fundos Próprios de € 4.056.779,65 (quatro milhões, cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos), incluindo um resultado líquido negativo de € 370.591,49 (trezentos e setenta mil, quinhentos e noventa e um euros e quarenta e nove cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas e o Mapa dos Fluxos Financeiros e os correspondentes Anexos, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
- **Orçamento de Estado:** o Balanço, (que evidencia um total de € 3.098.993,35 (três milhões, noventa e oito mil, novecentos e noventa e três euros e trinta e cinco cêntimos) e um total de Fundos Próprios de € 1.030.702,89 (um milhão, trinta mil, setecentos e dois euros e oitenta e nove cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas e o Mapa dos Fluxos Financeiros e o correspondente Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.
- **Cofre Privativo:** o Balanço, (que evidencia um total de € 3.040.484,58 (três milhões, quarenta mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos) e um total de Fundos Próprios de € 3.026.076,76 (três milhões, vinte e seis mil, setenta e seis euros e setenta e seis cêntimo)), incluindo um resultado líquido negativo de € 365.532,97 (trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois euros e noventa e sete cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas e o Mapa dos Fluxos Financeiros e o correspondente Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.



Azavedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira – Agregado, Orçamento de Estado e Cofre Privativo**, em 31 de Dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública);
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda.

- Avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 10 de Março de 2017.

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.M sob o número 20161434

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n° 681



IV - Relatório de Conclusões e Recomendações da ABC-SROC, Lda.



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

COFRE PRIVATIVO E ORÇAMENTO DE ESTADO

Período Económico de 2016



INDICE

I – INTRODUÇÃO	4
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
2. COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO	4
3. RESPONSABILIDADES.....	5
4. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	5
II – PONTOS-CHAVE NA AUDITORIA.....	6
1. AVALIAÇÃO DO RISCO.....	6
1.1. <i>Risco relacionado com a atividade.....</i>	<i>6</i>
1.2. <i>Risco relacionado com branqueamento de capitais (decreto – lei nº 25/2008)</i>	<i>6</i>
1.3. <i>Níveis de Risco por área</i>	<i>7</i>
2. MATERIALIDADE.....	8
2.1. <i>Definição Global da Materialidade.....</i>	<i>8</i>
2.2. <i>Cálculo da Materialidade.....</i>	<i>9</i>
3. METODOLOGIA E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA	9
III – INDEPENDÊNCIA	11
IV – CONCLUSÕES.....	12
V – AUDITORIA ÀS CONTAS.....	12
1. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES	12
2. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (COFRE PRIVATIVO).....	13
3.1. <i>Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Amortizações</i>	<i>13</i>
3.2. <i>Existências e Consumos.....</i>	<i>17</i>
3.3. <i>Clientes, Contribuintes e Utentes.....</i>	<i>18</i>
3.4. <i>Estado.....</i>	<i>19</i>
3.5. <i>Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis</i>	<i>20</i>
3.6. <i>Acréscimos e Diferimentos.....</i>	<i>22</i>
3.7. <i>Provisões, outros riscos e encargos e contingências</i>	<i>23</i>
3.8. <i>Fundos Próprios</i>	<i>24</i>
3.9. <i>Fornecedores.....</i>	<i>24</i>
3.10. <i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>	<i>25</i>
3.11. <i>Custos com o Pessoal.....</i>	<i>26</i>
3.12. <i>Outros Custos e Perdas</i>	<i>28</i>
3.13. <i>Impostos e Taxas.....</i>	<i>29</i>



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Contas e Associação Oficial de Contas, Lda.

3.14. Outros Proveitos e Ganhos.....	30
4. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (ORÇAMENTO DO ESTADO)	31
4.1. Investimentos Financeiros, Imobilizações Corpóreas e Amortizações	31
4.2. Estado.....	33
4.3. Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis	33
4.4. Acréscimos e Diferimentos.....	34
4.5. Fundos Próprios.....	36
4.6. Custos com o Pessoal.....	36
4.7. Outros Custos e Perdas	37
4.8. Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	38
4.9. Outros Proveitos e Ganhos.....	39
5. PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO	40
VI – RELATÓRIO DE GESTÃO	41
VII – ANEXOS.....	42
1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - AGREGADO (COFRE PRIVATIVO + ORÇAMENTO DE ESTADO)	42
2. BALANÇO - AGREGADO (COFRE PRIVATIVO + ORÇAMENTO DE ESTADO).....	43
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - COFRE PRIVATIVO	44
4. BALANÇO - COFRE PRIVATIVO.....	45
5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - ORÇAMENTO DE ESTADO.....	46
6. BALANÇO - ORÇAMENTO DE ESTADO	47



I – Introdução

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do Concurso Público nº3/2015 para prestação de serviços de auditoria, para efeito do cumprimento da alínea d) do artigo 113º da Lei nº98/97, de 26 de Agosto, Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, procedemos à auditoria às contas do **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira**, relativas ao período económico de 1 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016, de acordo com as normas Internacionais de auditoria de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos o respetivo Relatório de Auditoria com data de 10 de Março de 2017.

O nosso exame às demonstrações financeiras do **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira** constitui um exame completo. A finalidade deste relatório é relevar os principais pontos-chave, conclusões e recomendações decorrentes da nossa auditoria às contas da entidade.

2. COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO

O nosso entendimento é que o órgão de gestão está consciente da maioria das matérias contidas neste relatório. Com o objetivo de cumprimento da norma internacional de auditoria (ISA) 260 – Comunicação das matérias de auditoria com os encarregados da "Governance", é-nos recomendado relatar à administração os "findings" do nosso exame, em particular, os relacionados com:

- aspetos qualitativos das práticas contabilísticas da entidade e do seu relato financeiro;
- o esboço final da declaração do órgão de gestão;
- erros e omissões não ajustadas;
- matérias especificamente exigidas por outras normas de auditoria, a serem comunicadas aos encarregados da governação (tais como a fraude e o erro);
- modificações previstas ao relatório do revisor oficial de contas;
- fraquezas materiais no sistema contabilístico e nos sistemas de controle internos; e
- outras matérias relevantes e materiais que se relacionem com a nossa revisão de contas.

Aproveitamos também a oportunidade para comentar o desempenho do **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira** no ano e para confirmar a nossa integridade, objetividade e independência profissionais.



B

Consideramos que uma comunicação eficaz com os responsáveis-chave da entidade para efeitos dos nossos trabalhos de auditoria, é um ponto-chave para o seu sucesso, pelo que agradecemos todo o empenho, colaboração e as prontas e eficazes respostas às questões realizadas no decurso dos nossos trabalhos.

3. RESPONSABILIDADES

Não se pretende com o presente relatório cobrir cada matéria sobre que incidiu a nossa atenção durante o processo de auditoria. Também não aceitamos quaisquer responsabilidades para qualquer confiança nele depositada por terceiros. Os nossos procedimentos foram planeados e definidos para suportar a nossa opinião e não podem ser utilizados para invocar quaisquer fraquezas nos sistemas ou nos controlos que possam existir.

4. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

<i>Enquadramento Constitucional</i>	<p>O Tribunal de Contas é um órgão de soberania (n.º do artigo 209.º da Constituição da República Portuguesa), sendo estruturalmente e funcionalmente, um tribunal financeiro, um órgão constitucional do Estado, independente, não inserido na Administração Pública.</p> <p>É o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe, dando ainda parecer sobre a Conta Geral do Estado.</p>
<i>Enquadramento Normativo</i>	<p>Os princípios da sua atividade estão definidos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que foi ultimamente alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, que consagra as garantias de independência do Tribunal, o autogoverno, a inamovibilidade e a irresponsabilidade dos seus Juizes e a exclusiva sujeição destes à lei.</p>
<i>Composição do Tribunal</i>	<p>O Tribunal de Contas, sediado em Lisboa, dispõe de três Secções especializadas na Sede e de duas Secções Regionais de competência genérica: uma na Região Autónomas da Madeira; outra na Região Autónoma da Madeira.</p> <p>Na Sede, o Tribunal é composto pelo Presidente e por 16 Juizes, e em cada Secção Regional, por um Juiz.</p>
<i>Enquadramento Fiscal</i>	<p>A entidade Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira, dispõe de dois números de contribuinte, sendo:</p> <p>CP - Cofre Privativo - 510 935 745 OE - Orçamento de Estado - 671 000 780</p> <p>Em termos de enquadramento em I.R.C. e I.V.A. → Ambas entidades não têm qualquer atividade registada em sede de portal das finanças.</p>



<p><i>Organização Contabilística</i></p>	<p>Para o registo das diversas operações por si efetuadas, a entidade possui contabilidade organizada e é executada em observância do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº232/97 de 3 de Setembro.</p> <p>Como elementos contabilísticos possui balancetes analíticos e sintéticos, extratos detalhados por conta e entidade para qualquer período solicitado. A entidade possui todos os elementos requeridos pelo Artigo 119º do CIRS e Artigo 120º do CIRC.</p> <p>Todos os movimentos contabilísticos têm um documento de suporte que estão devidamente arquivados.</p> <p>Os principais sistemas informáticos utilizados são o GERFIP e o GEDOC. O GERFIP é o ERP baseado em SAP, utilizado nas áreas Financeira, de Recursos Humanos e Logística; o GEDOC é utilizado na área de gestão documental e processual.</p>
------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

II – Pontos-Chave na Auditoria

1. AVALIAÇÃO DO RISCO

1.1. Risco relacionado com a atividade

Na avaliação do risco para compreender a entidade e o seu ambiente tomámos em consideração os seguintes aspetos:

- Fatores setoriais de regulação e outros fatores externos relevantes;
- Natureza das operações;
- Propriedade e estrutura de governação;
- Tipos de investimentos efetuados e a efetuar;
- Modo como a entidade está estruturada e é financiada;
- Políticas contabilísticas aplicadas pela entidade, incluindo as razões para alterações às mesmas;
- Objetivos e estratégia da entidade e os respetivos riscos de negócio que podem resultar em riscos de distorção material;
- Mensuração e revisão do desempenho financeiro da entidade.

1.2. Risco relacionado com branqueamento de capitais (decreto – lei nº 25/2008)

Na avaliação do risco, realizámos (i) as indagações consideradas apropriadas à gerência e a outras pessoas da entidade que, em nosso entender, podiam ter informação que ajudasse a identificar os riscos de distorção material devido a fraude ou erro; (ii) procedimentos analíticos e (iii) observações e inspeções.



Para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, realizámos indagações aos responsáveis da governação sobre a existência de um sistema de controlo interno adequado e se os colaboradores se encontram devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente a Lei 25/2008. Até à presente data não foram identificadas situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes

1.3. Níveis de Risco por área

Durante a semana em que se realizou o trabalho de campo de avaliação dos níveis de risco por área, realizou-se uma formação na qual participaram todos os elementos do NGFP, não tendo havido disponibilidade por parte dos envolvidos, no sentido de obtermos a melhor colaboração para a realização do levantamento. Este facto condicionou significativamente a realização e as conclusões do nosso trabalho, tendo sido necessário apurar Níveis de Risco significativos para algumas das áreas, conforme quadro seguinte:

Área	Nível de Risco
Gestão de Recursos Humanos: Remunerações, Suplementos, Subsídios.	ALTO
Financeira e Tesouraria – Bancos	MÉDIO
Financeira e Tesouraria – Fundo de Manéio	BAIXO
Financeira e Tesouraria – Recebimentos	BAIXO
Financeira e Tesouraria – Pagamentos	ALTO
Financeira e Tesouraria – Cumprimentos das Obrigações Fiscais	ALTO
Financeira e Tesouraria – Processos Contabilísticos	ALTO
Compras e Contratação Pública (Empreitadas, Aquisição de Bens e Serviços)	MÉDIO
Stocks (Economato)	BAIXO
Outras Áreas – Emolumentos e especialização de Receitas	BAIXO
Gestão de Ativos	MÉDIO

Deste modo e apesar de estamos perante uma auditoria recorrente, não nos foi possível obter um nível confiança razoável através da tentativa de análise ao sistema de controlo interno e o nível de risco definido para cada uma das áreas. Assim, face ao exposto e tendo em atenção a materialidade da área de Gestão de Recursos Humanos, considerámos para o trabalho de auditoria no **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira**, para o ano de 2016, um **Risco Global Alto**.



h

Neste ponto, foi apresentado pelo SRMTC, o seguinte contraditório:

"Sobre a simultaneidade da frequência de uma ação de formação com os trabalhos de auditoria insiste-se e sublinha-se que o Conselho Administrativo não foi oportunamente informado que as duas assistentes técnicas do Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial tenham mostrado indisponibilidade para responder às solicitações das Senhoras Auditoras. Ademais, a Técnica Superior que supervisiona as tarefas daquele Núcleo esteve sempre ao inteiro dispor das Senhoras Auditoras, pois não frequentou a referida ação de formação, o que já havíamos informado.

Assim, não é correto afirmar-se que "(...)realizou-se uma formação na qual participaram todos os elementos do NGFP não tendo havido disponibilidade por parte dos envolvidos, no sentido de obtermos a melhor colaboração para a realização do levantamento".

Em nosso entender, a reduzida duração dos trabalhos de campo associada a algum desconhecimento da entidade e à falha na comunicação oportuna com o Conselho Administrativo (em especial, com a sua Presidente, que é primeira responsável pelo Departamento de Apoio Instrumental) das alegadas faltas de colaboração dos funcionários do Serviço de Apoio da Madeira, levaram a uma incorreta avaliação dos níveis de risco pela equipa de auditoria encarregue do levantamento do sistema de controlo."

Resposta

Esta matéria já foi por nós reportada no memorando emitido aquando do levantamento do sistema de controlo interno.

2. MATERIALIDADE

2.1. Definição Global da Materialidade

Para a definição dos critérios para a determinação da materialidade associada a este trabalho, verificámos que, face ao tipo de entidade e às suas características, os mais adequados são:

- O "Ativo Líquido" - associado à garantia dos valores em balanço;
- O "Total dos Gastos" - associado à boa gestão dos recursos disponíveis.

Face ao definido no nosso Manual de Revisão, para um **Risco Global Alto**, os critérios para a determinação da materialidade inicial são: 1% do Ativo Líquido e 0,5% do Total dos Gastos.



Para a materialidade de execução consideramos 70% em função da materialidade inicial, com o valor mínimo de 4.000,00€.

2.2. Cálculo da Materialidade

Face ao exposto, o valor da materialidade inicial e de execução para o **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira** é o que se apresenta no quadro seguinte:

Ano de 2016	TC - Madeira		
	OE	Cofre	
Activo Líquido	3.098.993 €	3.040.485 €	
Total de Gastos	997.115 €	1.044.091 €	
Definição da Materialidade			
Activo Líquido	1,0%	30.990 €	30.405 €
Total de Gastos	0,5%	4.986 €	5.220 €
	Média	17.988 €	17.813 €
Materialidade Inicial		18.000 €	19.000 €
Materialidade Revista		18.000 €	18.000 €
Materialidade Execução	70%	12.600 €	12.600 €

De referir que a materialidade inicial foi calculada com base nas demonstrações financeiras de 2015, tendo existido necessidade de efetuar uma pequena revisão à materialidade do TC Madeira - Cofre face às demonstrações financeiras finais de 2016.

Foram considerados como não reportáveis os ajustamentos que não excedam 2% da materialidade global.

3. METODOLOGIA E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

- Reuniões com os responsáveis dos Serviços e outros dos departamentos relevantes, para diagnóstico e definição das ações a desenvolver;
- Análise do respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites, nos termos do referencial contabilístico adotado, e apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente, os critérios e métodos de mensuração adotados pela Entidade;



- Análise da classificação, registo e organização dos documentos de índole contabilística e, verificação do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objetividade;
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- Validação dos processos de natureza administrativa e sua articulação com a contabilidade, em particular:
 - Receção e conferência dos documentos de gastos e sua validação, face às necessidades de recursos e às atividades desenvolvidas;
 - Emissão dos documentos de liquidação dos rendimentos e sua articulação com o sistema contabilístico, de forma a validar a sua correta contabilização, evidenciando erros de omissão, duplicação, ou outros;
 - Controlo dos registos dos pagamentos e recebimentos, respetivamente, relativos aos pontos imediatamente anteriores;
 - Verificação da possibilidade de cruzamento e controlo, com vista à obtenção de validações e provas de autenticidade das operações e dos respetivos registos contabilísticos.
- Levantamento dos principais aspetos do sistema de controlo interno existente, políticas e procedimentos adotados pelo **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira**, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria, nomeadamente:
 - Conhecimento adequado de todos os assuntos materialmente relevantes para a tomada de decisões e preparação da informação financeira;
 - Segregação de funções incompatíveis;
 - Ligações entre os processos de compra e venda, respetiva contabilização, documentos de suporte e, sistema de controlo interno.
- Foram elaborados procedimentos de análise de controlo interno, com vista a identificar o nível de risco da entidade, cujo resultado originou um memorando enviado para o Órgão de Governação.
- Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal, utilizando quadros próprios de auditoria;
- Identificação de situações passíveis de gerar a necessidade de constituição de provisões para outros riscos e encargos (processos judiciais em curso);
- Obtenção do conhecimento das tecnologias de informação adotadas pelo **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira** que suportam os dados e informações necessárias para a elaboração das demonstrações financeiras.



Armando Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Conta e Rescaldos Oficiais de Contas, LDA.

- A execução dos trabalhos obedeceu às Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) emanadas pela International Federation of Accountants (IFAC), complementadas pelas normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- Análise dos Procedimentos de Contratação Pública, incluindo:
 - O cumprimento do disposto no Programa "Pagar a Tempo e Horas";
 - Conformidade dos pagamentos atendendo às obrigações de regularidade procedimental previstas no Código dos Contratos Públicos;
 - Avaliação dos procedimentos de reflexão de compromissos financeiros futuros;
 - Cumprimento da unidade de tesouraria;
 - Cumprimento das regras impostas pela Lei dos compromissos.

II – Independência

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e da IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos internos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria/revisão.

A avaliação das ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente aos requisitos de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Nestas circunstâncias, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.



IV – Conclusões

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira** em 31 de Dezembro de 2016, os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo por base o normativo contabilístico adotado para o sector público.

Analisámos o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho Administrativo, tendo-se verificado que satisfaz na generalidade os requisitos legais, estando em conformidade com as Demonstrações Financeiras do Exercício.

Agradecemos todo o empenho e colaboração de todos os Responsáveis e colaboradores do **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira**, nomeadamente da Direção Administrativa e Financeira, com os quais fomos contactando no desenrolar dos nossos trabalhos, dando especial atenção ao facto dos ajustamentos no decorrer dos trabalhos terem sido prontamente acolhidos e contabilizadas antes do encerramento das contas de 31 de dezembro de 2016.

V – Auditoria às Contas

Nos pontos seguintes apresentamos as verificações realizadas em cada uma das áreas da entidade bem como as inconformidades detetadas nas suas contas e no seu sistema de controlo interno.

1. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES

Conforme acima mencionado, foram analisadas as demonstrações financeiras no sentido de apurar o respeito pelos seguintes princípios contabilísticos fundamentais:

- Continuidade das operações da entidade;
- Consistência das suas políticas contabilísticas;
- Custo histórico dos registos contabilísticos;
- Prudência através da realização de estimativas em condições de incerteza;
- Substância das operações sobre a forma legal;



- Materialidade: todos os elementos materialmente relevantes e que podem afetar avaliações ou decisões pelos utentes interessados, encontram-se relatados nas demonstrações financeiras;
- Especialização (balanceamento, diferimento e acréscimo) dos proveitos e ganhos, custos e perdas registados no exercício.

Concluimos que, na sua essência, os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor público foram respeitados, pelo que não coloca em causa a imagem verdadeira e apropriada das suas demonstrações financeiras.

2. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão do relatório de auditoria suscetíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (COFRE PRIVATIVO)

3.1. Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Amortizações

3.1.1. Identificação das Contas

IMOBILIZAÇÕES (TC - COFRE)											
Rubrica das Contas	Saldo em 31/Dec/16	Saldo em 31/Dec/15	Aquisições de 2016	Amostra ABC Valores a 31/Dec/16	Amostra ABC % a 31/Dec/16	N.º Processos Analisados	Abatido de 2016	Amostra ABC Valores a 31/Dec/16	Amostra ABC % a 31/Dec/16	N.º Processos Analisados	Var. 31/Dec/16 vs 31/Dec/15
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS											
Propriedade Industrial e Outros Direitos		0,40	0,00	0,00	0,0%	0	0,00	0,00	0,0%	0	-0,40
Total das Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,40	0,00	0,00	0,0%	0	0,00	0,00	0,0%	0	-0,40
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS											
Terras e Recursos Naturais	412.891,07	412.891,07									0,00
Edifícios e Outras Construções *	1.407.060,77	1.400.232,67	2.674,00	2.674,00	100,0%	1	-11.154,45	-11.154,45	100,0%	1	5.848,10
Equipamento e Móveis	175.467,21	186.079,11	542,55	542,55	100,0%	1	-11.154,45	-11.154,45	100,0%	1	-10.611,90
Equipamento de Transporte	27.155,00	27.155,00									0,00
Feramentas e Utensílios	0,00	0,00									0,00
Equipamento Administrativo	110.635,02	108.708,06	2.241,35	2.241,35	95,8%	5	-314,39	-314,39	100,0%	1	1.926,96
Outras Imobilizações Corpóreas	24.625,50	24.644,01	85,26	85,26	100,0%	1	-103,77	-103,77	100,0%	1	-18,51
Total das Imobilizações Corpóreas	2.132.134,57	2.139.609,92	4.943,16	4.943,16	99,1%	8	-11.572,61	-11.572,61	100,0%	3	-1.835,23
Imobilizações em Curso *	0,00	0,00	2.074,00	2.074,00	100,0%	1	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Total das Imobilizações em Curso	0,00	0,00	2.074,00	2.074,00	100,0%	1	0,00	0,00	0,0%	0	0,00

* Transferência para Edifícios e Outras Construções



Arquivo de Bancos e Contas, Sociedade de Peritos em Contas e Avaliação
Oficina de Contas, lda

Rubricas das Contas	(Valores em Euros)										
	Saldos em 31/Dez/15	Saldos em 31/Dez/16	Amortiz. do Imobilizado 2016	Amostra ABC Valores a 31/Dez/16	Amostra ABC % a 31/Dez/16	N.º Processos Analisados	Abates do Imobilizado 2016	Amostra ABC Valores a 31/Dez/16	Amostra ABC % a 31/Dez/16	N.º Processos Analisados	Var. 31/Dez/16 vs 31/Dez/15
AMORT. ACUMULADAS IMOB. INCORP.											
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,40	0,40	0,00	0,00		0	0,00	0,00		0	0,00
Tecnologias e Aplicações em Computadores	0,40	0,40	0,00	0,00		0	0,00	0,00		0	0,00
AMORT. ACUMULADAS IMOB. CORP.											
Edifícios e Outras Construções	-304.134,56	-288.415,91	-15.718,65	-15.718,65	100,0%	1	-11.154,45	-11.154,45	100,0%	1	-15.718,65
Equipamento Móvel	-151.461,13	-148.988,29	-13.627,29	-13.627,29	100,0%	1				1	-2.472,84
Equipamento de Transporte	-21.214,84	-17.820,47	-3.394,37	-3.394,37	100,0%	1				1	-3.394,37
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00							0,00
Equipamento Adaptativo	-98.744,67	-91.653,78	-7.405,28	-7.405,28	100,0%	1	-314,39	-314,39	100,0%	1	-7.090,89
Outras Imobilizações Corpóreas	-18.217,45	-18.161,19	-660,04	-660,04	100,0%	1	-103,77	-103,77	100,0%	1	-556,27
Total das Amortizações Acumuladas	-594.272,65	-545.839,83	-40.805,63	-40.805,63	100,0%	5	-11.572,81	-11.572,81	100,0%	5	-48.432,82

3.1.2. Procedimentos Realizados

Na área das **Imobilizações Incorpóreas** realizámos a análise dos movimentos ocorridos durante o ano, tendo em atenção os registos no sistema de gestão do imobilizado e os valores apresentados na contabilidade, não se tendo detetado qualquer movimento durante o ano, nem aquisições, nem abates, estando os bens (licenças de *software*) totalmente amortizados, conforme quadros seguintes:

IMOBILIZADOS					
	2015	2016	Montantes Validados	Diferença	Observações
433	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	Variação OK
T43	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	
Total	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
	2015	2016	Montantes Validados	Diferença	Observações
4833	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	Variação OK
T483	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	
Total	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	

Na área das **Imobilizações Corpóreas** foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, tendo em atenção os registos no sistema de gestão de imobilizado e os valores apresentados na contabilidade;

IMOBILIZADOS					
	2015	2016	Montantes Validados	Diferença	Observações
421	412.891,07 €	412.891,07 €	412.891,07 €	0,00 €	Variação OK
422	1.400.212,67 €	1.407.060,77 €	1.407.060,77 €	0,00 €	Variação OK
423	186.079,11 €	175.467,21 €	175.467,21 €	0,00 €	Variação OK
424	27.155,00 €	27.155,00 €	27.155,00 €	0,00 €	Variação OK
426	108.708,06 €	110.635,02 €	110.635,02 €	0,00 €	Variação OK
429	24.644,01 €	24.625,50 €	24.625,50 €	0,00 €	Variação OK
T42	2.159.689,92 €	2.157.834,57 €	2.157.834,57 €	0,00 €	
T43	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
442	4.774,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Variação OK
T44	4.774,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Total	2.164.464,02 €	2.157.834,57 €	2.157.834,57 €	0,00 €	





AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

	2015	2016	Montantes Validados	Diferença	Observações
4822	288.415,91 €	304.134,56 €	304.134,56 €	0,00 €	Variação OK
4823	148.988,29 €	151.461,13 €	151.461,13 €	0,00 €	Variação OK
4824	17.820,47 €	21.214,84 €	21.214,84 €	0,00 €	Variação OK
4826	91.653,78 €	98.744,67 €	98.744,67 €	0,00 €	Variação OK
4829	18.161,18 €	18.717,45 €	18.717,45 €	0,00 €	Variação OK
Total	565.039,63 €	594.272,65 €	594.272,65 €	0,00 €	

- Análise das principais aquisições de imobilizado, respetivo controlo físico e fichas de cadastro dos imobilizados, tendo-se analisado 8 processos de aquisição de bens, não se tendo detetado situações de relevo;
- Análise das principais alienações e abates e do cumprimento das normas legais, tendo-se detetado que não ocorreram quaisquer alienações durante o período. No que respeita aos abates, validou-se os respetivos autos de abate (n.º1/2016), tendo-se verificado a listagem dos bens abatidos e o respetivo registo contabilístico;
- Verificação física de 3 bens do ativo imobilizado adquiridos no ano de 2016 (15/02/2017) e 11 bens adquiridos em anos anteriores na Sala de Sessões do TC Madeira (15/02/2017), não tendo sido detetada qualquer situação digna de registo.
- Validação do cálculo das amortizações do exercício e consistência dos critérios face ao ano anterior, conforme quadro seguinte:

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

	2016	Montantes Validados	Diferença
6622	15.718,65 €	15.718,65 €	0,00 €
6623	13.627,29 €	13.627,29 €	0,00 €
6624	3.394,37 €	3.394,37 €	0,00 €
6626	7.405,28 €	7.405,28 €	0,00 €
6629	660,04 €	660,04 €	0,00 €
Total 66	40.805,63 €	40.805,63 €	0,00 €

Verificámos a aplicação das taxas de amortização adotadas, de acordo com o disposto na Portaria 671/2000 (CIBE).

- Confirmação da titularidade dos bens sujeitos a registo: imóveis e equipamentos de transporte, tendo-se verificado o registo de propriedade da viatura PEUGEOT com a matrícula 68-JV-62. À semelhança do verificado no ano anterior, o registo desta viatura na Autoridade Tributária e Aduaneira se encontra sob o número de contribuinte do Tribunal de Contas-Madeira-OE.

Em sede de esclarecimento, o Conselho Administrativo da Secção Regional referiu que "A afetação da viatura PEUGEOT, com a matrícula 68-JV-62, ao OE está relacionada com o facto da SRMTC (OE e Cofre) terem, até 31/12/2013, partilhado o mesmo NIF. Em 2014



foi criado um NIF novo para o Cofre, tendo o OE mantido o NIF anterior. Assim, por via desta alteração, a viatura ficou automaticamente afeta ao NIF do OE."

No que respeita aos imóveis, identificámos a existência de dois imóveis registados na contabilidade da entidade:

- 1) Casa de função dos Ilhéus - tendo-se verificado a escritura de compra, bem como o registo predial e a caderneta predial urbana. Na caderneta predial urbana verificámos que o imóvel se encontra registado sob o número de contribuinte do Tribunal de Contas - Madeira - OE, situação idêntica ao verificado com a viatura automóvel referida no ponto anterior;
- 2) Palácio do Esmeraldo, sede do Tribunal de Contas - Madeira - tendo-se verificado a escritura de compra, bem como o registo predial e a caderneta predial urbana. Neste imóvel, o Cofre Privativo do Tribunal de Contas - Madeira só tem a propriedade de 28,57% do imóvel, sendo a remanescente propriedade da Direcção Geral do Património. Este facto foi validado pela leitura da escritura de compra e pela caderneta predial urbana que, à semelhança do verificado no imóvel anterior, se encontra sob o número de contribuinte do Tribunal de Contas - Madeira - OE.
Como todo o edifício está sob administração e controlo da entidade, a propriedade de 71,43% da Direcção Geral do Património encontra-se registada na contabilidade do Tribunal de Contas - Madeira - OE, cumprindo-se assim o disposto no nº 5 do artigo 2º da Portaria nº671/2000 de 17 de Abril, que determina que *"os organismos autónomos, com personalidade jurídica, no âmbito de aplicação do POCP, incluem no seu inventário os bens do Estado que lhes estejam afetos a título precário ou sob a sua administração ou controlo, devendo constar, através das respetivas notas a indicar nos anexos às demonstrações financeiras, a entidade proprietária"*

- Análise à política de cobertura de seguros aplicáveis ao immobilizado, tendo-se verificado a existência de seguro automóvel para a viatura, bem como seguro de responsabilidade civil para os dois imóveis em nome do Tribunal de Contas - Madeira.

3.1.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2016, o Tribunal de Contas registou aquisições no montante global de 4.943,16 €, destacando-se a aquisição de dois computadores, um vídeo projetor, duas ventoinhas de coluna (ar-condicionado) e diversos equipamentos informáticos. Registaram-se 11.572,61€ de



[Handwritten signature]



Arcevedo Rodrigues, Escatão, Sociedade de Revisores
 Costa & Associados, Oficial de Contas, Lda.

[Handwritten mark]

abates totalmente amortizados (26 Bens), sendo o valor mais significativo relacionado computadores portáteis e material informático obsoleto.

3.2. Existências e Consumos

3.2.1. Identificação das Contas

Existências (TC - COFRE)						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Clientes	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez15 vs 31Dez14
EXISTÊNCIAS						
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Matérias Primas (Mat. Diversos)	5.895,88	3.962,00	3.037,74	51,5%	6	1.933,88
Total	5.895,88	3.962,00	3.037,74	51,5%	6	1.933,88

3.2.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

MOVIMENTO DE STOCKS DURANTE 2016				
Conta		36	TOTAIS	
Descrição		Matérias Primas (Mat. Diverso)		
Contabilidade	Stock inicial		3.962,00	3.962,00
	Compras / Produção		6.874,41	6.874,41
	Consumos		5.056,64	5.056,64
	Regularizações fim de exerc.	Sobras		
		Quebras		
		Outras	116,11	116,11
	Stock final		5.740,84	5.740,84
	Stock final (calculado)		5.895,88	5.895,88
Diferenças		155,04	155,04	

- Verificação da fórmula de custeio utilizada para a mensuração das existências e validar a formação do custo por item, tendo sido analisados 6 produtos, constatando-se que os mesmos estão conformes e que não existem variações materiais face aos últimos preços de aquisição;
- Verificação de 10 produtos de contagem e de valorização (preços de custo unitários mais elevados e riscos de deterioração mais significativos). Desta verificação, foi detetado um bem "Rolo de Papel pardo 80 kg" que já havia sido requisitado para consumo num dos departamentos do TC Madeira, não se encontrando no armazém. Desta forma, embora de valor imaterial, o valor das existências à data de 31/12/2016 encontra-se sobreavaliado





12

em 155,04, sendo os custos (CMVMC) subavaliados no mesmo montante. No entanto, na data de 16/02/2017, o TC Madeira procedeu à regularização desta situação.

- Análise e verificação dos procedimentos de aquisição de bens, face aos normativos vigentes no âmbito da contratação pública.

3.2.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2016 verificou-se a aquisição de 6.874,41 € de material de consumo administrativo, tendo sido consumido o valor de 5.056,64 €.

Em termos de escolha do procedimento de contratação pública, para as aquisições analisadas, foi verificada a conformidade dos processos de aquisição de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro, particularmente os procedimentos adotados quanto à competência para a autorização das despesas, tipo e escolha de procedimentos. No ponto 5 apresentamos as verificações efetuadas, bem como as principais conclusões.

3.3. Clientes, Contribuintes e Utentes

3.3.1. Identificação das Contas

Resumo Clientes, Contribuintes e Utentes						
Rubricas de Clientes	Saldo m 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros)
						Var. 31Dez16 vs 31Dez15
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 30NOV16						
Clientes Nacionais - Público	0,00	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Clientes Nacionais - Privado	0,00	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Subtotal # 211	0,00	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Contribuintes Nacionais - Público	21.189,94	18.901,40	20.596,80	97,2%	3	2.288,54
Contribuintes Nacionais - Privado	7.636,24	1.345,08	3.378,38	44,2%	3	6.291,16
Contribuinte Intracomunitário	0,00	0,00	0,00		0	0,00
Contribuinte - Esporádicos	0,00	0,00	0,00		0	0,00
Subtotal # 212	28.826,18	20.246,48	23.975,18	83,2%	6	8.579,70
Clientes Cobrança Duvidosa em atraso	843,58	916,06	843,58	100,0%	1	-72,48
Contribuintes Cobrança Duvidosa em atraso	0,00	0,00	0,00		0	0,00
Subtotal # 218	843,58	916,06	843,58	100,0%	1	-72,48
Total	29.669,76	21.162,54	24.818,76	83,7%	7,00	8.507,22

3.3.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:



abc

Azvedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados: Oficiais de Contas, lda.

- Efetuou-se a circularização de saldos de Clientes, Contribuintes e Utentes, reportada a 30 de Novembro de 2016, tendo sido circularizadas 6 entidades, apresentando-se no quadro acima as respostas obtidas (4 respostas concordantes e 2 respostas reconciliadas);
- Analisaram-se os movimentos ocorridos durante o ano;
- Foram analisados os movimentos ocorridos entre a data da circularização e a data de fim de período, de forma a validar os saldos a 31/12/2016;
- Análise da antiguidade dos saldos, verificando a existência de saldos em cobrança duvidosa, aferindo da necessidade de constituição de provisão para cobranças duvidosas, conforme quadro seguinte:

MAPA DE AJUSTAMENTOS DÍVIDAS DE CONTRIBUINTES/CLIENTES				
Cliente / Factura	Valor	% Ajustada	% Ajustada Anos Anteriores	Total
José Manuel Nascimento Ferreira - DC 29-C/2015	157,02	100%	100%	157,02
José Ismael Gomes Fernandes - DC 6-C/2015	343,28	100%	100%	343,28
José Ismael Gomes Fernandes - DC 7-C/2015	343,28	100%	100%	343,28
			2016	843,58
			2015	916,06
Valor Ajustado (contabilidade)	-72,48		V. Cálculo: Diminuição	-72,48
	<i>Valor líquido (Custo - Provelo)</i>		Diferença / Correção	0,00

3.3.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2016 verificámos um aumento de 8.579,70 € no saldo de clientes/contribuintes, motivado principalmente pelo saldo em dívida no final do ano da Câmara Municipal de Porto Santo. Verificámos ainda um aumento nas dívidas em cobrança duvidosa provocado pela inclusão da dívida dos contribuintes José Ismael Gomes Fernandes e do Conselho Económico e Social da RAM

3.4. Estado

3.4.1. Identificação das Contas

Estado						
Rubricas de Clientes	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros) Var. 31Dez16 vs 31Dez15
TADO						
5- Ret. Cat. A - Trabalhadores dependentes	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
5- Ret. Cat. B - Trabalhadores Independentes	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
A - Imposto sobre o Valor Acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
XSE - Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
IA - Entidade Patronal	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
IA - Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
i - Entidade Patronal	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
i - Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
Sistemas Saúde	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,0%	28	0,00



3.4.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, validando os saldos decorrentes do processamento do mês de dezembro, bem como os resultantes do processamento dos meses de Fevereiro, Abril e Junho;
- Verificação da situação fiscal da entidade e da adequada gestão dos impostos, nomeadamente em sede de IVA, bem como a sua situação relativa à Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e outros sistemas de proteção social.

3.4.3. Revisão Analítica

Da análise efetuada não identificámos qualquer situação materialmente relevante. Identificámos somente a utilização de uma conta de fornecedores para tratamento contabilístico da parte da entidade patronal da segurança social (2 funcionários). Recomendamos que seja regularizada esta situação, utilizando-se a conta do Estado respetiva para todas as operações relacionadas com a Segurança Social.

Em sede de contraditório a SRMTC, referiu:

"O NGFP está a diligenciar junto da ESPAP no sentido de corrigir a situação identificada."

3.5. Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis

3.5.1. Identificação das Contas

DISPONIBILIDADES						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Disponibilidades	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 31DEZ15						
Caixa - Fundo de Manolo	0,00	2.090,00	0,00	100,0%	2	-2.090,00
Depósitos à ordem - Contas do Tesouro	1.260.809,37	320.858,40	1.260.809,37	100,0%	3	939.950,97
Títulos Negociáveis - Títulos da Dívida Pública - CEDIC	0,00	1.300.000,00	0,00	100,0%	1	-1.300.000,00
Total	1.260.809,37	1.622.948,40	1.260.809,37	100,0%	6	-362.139,03

3.5.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:



[Handwritten signature]



Arquivo Rodriques, Betalho, Costa & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

[Handwritten mark]

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadros seguintes:

VALORES EM CADA									
Conta	Caba	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C.	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.	
1110000000	Caba A	2.090,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
1180100000	Fundo de Maneio	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Caba em Euros		2.090,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Valores Monetários		2.090,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-

Verificámos a existência de 13 Fundos de Maneio, um por cada rubrica orçamental associada, bem como a reposição no início de 2017.

Foi por nós efetuada uma contagem física dos valores constantes Fundo de Maneio na data 16/02/2017, não tendo sido identificado quaisquer diferenças do mesmo.

VALORES MONETÁRIOS									
Conta	Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.	Resp. Circularização
1302000011	Tes. Fun. Própr-PP01-R	14.291,07 €	141.480,31 €	286.184,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	286.184,12 €
1302000012	Tes. Fun. Própr-PP01-M	144.703,81 €	144.703,81 €						
1302000021	Tes. Fun. Própr-PP02-R	71.560,92 €	58.322,48 €	173.877,29 €	-31,73 €	31,73 €	0,00 €	OK	173.877,29 €
1302000022	Tes. Fun. Própr-PP02-M	232.199,77 €	232.168,04 €						
1302000032	Tes. Fun. Própr-PP03-M	1.224,67 €	800.779,69 €	800.779,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	800.779,69 €
Total O.D.B. (Contas do Tesouro)		320.858,40 €	1.260.809,37 €	1.260.841,10 €	-31,73 €	31,73 €	-0,00 €	OK	974.656,98 €
Total Valores Monetários		320.858,40 €	1.260.809,37 €	1.260.841,10 €	-31,73 €	31,73 €	-0,00 €	OK	974.656,98 €

- Pedido de confirmação externa dos saldos a 31 de Dezembro de 2016 às entidades financeiras, cruzando as respostas com os saldos contabilísticos, não se tendo detetado qualquer incoerência.
- Confirmámos as condições e os poderes de autorização de movimentação das contas bancárias;
- Procedeu-se à análise e verificação das reconciliações bancárias a 31 de Dezembro de 2016, analisando os principais itens em aberto e verificando a sua regularização no início de 2017, tendo-se validado todas as situações;
- Solicitaram-se e analisaram-se os mapas de responsabilidades da base de dados de contas e da informação sobre o uso do cheque, obtidos junto do Banco de Portugal, não se tendo detetado qualquer situação.
- Pedido de confirmação externa dos saldos evidenciados na rubrica de títulos negociáveis, tendo-se verificado que a 23 de Dezembro de 2016 por questões de necessidades financeiras, a entidade procedeu ao resgate antecipado de uma aplicação de 800.000,00€ antes da data do seu vencimento, conforme quadro seguinte:



Arquivo Bancário de Contas, Sociedade de Revisores
Contas & Associados, O.R.L. Oficial de Contas, Lda.

h

Títulos Negociáveis - Aplicações CEDIC											
Banco	n.º Conta Bancária	Valor	Taxa Anual	Período		Juro Devido do Período Total (calculado)	Contabilidade	Diferença	Comissões	Juro Recebido	Imposto
				Data Início	Data Vencimento						
IGCP	0781 0112 00000006772 28	1.300.000,00 €	0,130%	20-08-2015	06-01-2016	23,47 €	23,47 €	0,00 €	0,00 €	489,40 €	5,87 €
IGCP	0781 0112 00000006772 28	1.000.001,00 €	0,030%	07-01-2016	29-04-2016	94,17 €	94,17 €	0,00 €	0,00 €	70,63 €	23,54 €
IGCP	0781 0112 00000006772 28	800.000,00 €	0,070%	02-05-2016	28-09-2016	231,78 €	231,78 €	0,00 €	0,00 €	173,84 €	57,94 €
IGCP	0781 0112 00000006772 28	800.000,00 €	0,050%	29-09-2016	23-12-2016	94,44 €	94,44 €	0,00 €	33,33 €	45,84 €	15,28 €
Saldo a 31/12/2016		0,00 €	-	-	-	443,86 €	443,86 €	0,00 €		779,70 €	102,63 €

3.5.3. Revisão Analítica

Da análise efetuada verificámos uma diminuição das disponibilidades em cerca de 360 m€, provocada essencialmente pelo resgate da totalidade das aplicações CEDIC, que não foi totalmente compensada pelo aumento dos depósitos bancários existentes no IGCP.

3.6. Acréscimos e Diferimentos

3.6.1. Identificação das Contas

Acréscimos e Diferimentos (TC-COPRE)							
(Valores em Euros)							
Contas	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Especializações Constituídas 16	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS							
Acréscimos de Proveitos - Impostos e Taxas	174.051,18	153.719,06	20.332,12	110.600,50	63,5%	14	20.332,12
Acréscimos de Proveitos - Proveitos Suplementares	1.562,39	5.000,56	-3.438,17	1.460,71	94,0%	1	-3.438,17
Acréscimos de Proveitos - Juros	-	629,06	-	-	-	-	-629,06
Subtotal	175.613,57	159.348,68	16.893,95	112.069,21	63,8%	15	16.264,89
CUSTOS DIFERIDOS							
Custos diferidos - Outros	5.455,72	5.643,37	5.455,72	4.137,35	75,8%	2	-187,65
Subtotal	5.455,72	5.643,37	5.455,72	4.137,35	75,8%	2	-187,65
Total	181.069,29	164.992,05	22.349,67	116.206,56	139,7%	17	16.077,24
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS							
Acréscimos de Custos - Remunerações a Liquidar	-12.886,84	-13.438,17	-12.886,84	-12.886,84	100,0%	1	551,33
Acréscimos de Custos - Juros Liq.	-	-157,26	-	-	-	-	157,26
Acréscimos de Custos - Custos com FSE-EnInst	-1.197,96	-1.288,46	-1.197,96	-1.197,96	100,0%	1	90,50
Acréscimos de Custos - Custos com FSE-Comum	-235,54	-248,47	-235,54	-152,50	64,7%	1	12,93
Acréscimos de Custos - Custos com FSE-Out.Ac	-87,48	-60,00	-87,48	-87,48	100,0%	1	-27,48
Subtotal	-14.407,82	-15.192,16	-14.407,82	-14.324,78	99,4%	4	784,54
Total	166.295,95	149.799,89	7.941,85	101.881,78	60,6%	19	17.049,43

3.6.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano e da correta aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, conforme quadro seguinte:



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Conta A&D	Tipo	Saldo Inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido
271	Acréscimo de Prestações suplementares // Clientes	153.719,06 €	174.051,18 €	0,00 €	174.051,18 €
271	Acréscimo de Prestações suplementares // O.Dev.	5.000,56 €	1.562,39 €	0,00 €	1.562,39 €
271	Acréscimo de Juros e outros proveitos financeiros	629,06 €	-	0,00 €	0,00 €
Total acréscimo de proveitos		159.348,68 €	175.613,57 €	0,00 €	175.613,57 €
Total proveitos diferidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
273	Acréscimo de FSE	1.596,93 €	1.520,98 €	0,00 €	1.520,98 €
273	Acréscimo de custos com o pessoal	13.438,17 €	12.886,84 €	0,00 €	12.886,84 €
273	Acréscimo de custos financeiros	157,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total acréscimo de custos		15.192,36 €	14.407,82 €	0,00 €	14.407,82 €
272	Diferimento de outros custos operacionais // O.Credores	5.643,37 €	5.455,72 €	0,00 €	5.455,72 €
272	Diferimento de juros e outros custos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total custos diferidos		5.643,37 €	5.455,72 €	0,00 €	5.455,72 €

- Verificamos por amostragem os custos registados em Janeiro de 2017 e validação da necessidade de especialização (acréscimo), não se tendo detetado situações materiais;
- Analisamos e validámos os processos e cálculos relacionados com a especialização dos proveitos referentes a impostos e taxas, bem como os cálculos relacionados com a especialização das remunerações a liquidar (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias e outros abonos);

3.6.3. Revisão Analítica

Verificámos um aumento em cerca de 16 mil euros dos acréscimos de proveitos, essencialmente motivados pela especialização dos emolumentos, valores que foram por nós validados por amostragem.

O aumento do acréscimo de custos em cerca de 700 euros está relacionado essencialmente com o aumento da estimativa de remunerações a liquidar.

3.7. Provisões, outros riscos e encargos e contingências

3.7.1. Procedimentos Realizados

Nesta área analisamos a resposta dos consultores jurídicos, não se tendo identificado nenhum processo a correr contra o Tribunal de Contas – S.R. Madeira que possam originar qualquer contingência ou responsabilidade.

3.7.2. Revisão Analítica

Não existiram quaisquer movimentos contabilísticos nesta área durante o ano de 2016.



Alfredo Rodrigues, Estátua, Sociedade de Revisores
Contas & Associações, S.Lda

b

3.8. Fundos Próprios

3.8.1. Identificação das Contas

Fundos Próprios (TC - CORRE)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros)
						Var. 31Dez16 vs 31Dez15
FUNDOS PRÓPRIOS						
Fundos Próprios - Património Inicial	3.691.338,32	3.691.338,32		0,0%		0,00
Fundos Próprios - Reservas / Doações	0,40	0,40		0,0%		0,00
Fundos Próprios - Resultados Transitados	-299.728,99	55.648,36	-355.377,35	100,0%	1	-355.377,35
Fundos Próprios - Resultado Líquido do exercício	-365.532,97	-355.377,35		0,0%		-10.155,62
Total	3.026.076,76	3.391.609,73	-355.377,35	100,0%	1	-365.532,97

3.8.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

FUNDOS PRÓPRIOS						
Situações	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	SF	SF validado	Diferenças
Fundo Patrimonial	3.691.338,32 €	0,00 €	0,00 €	3.691.338,32 €	3.691.338,32 €	0,00 €
Resultado líquido do exercício	-355.377,35 €	-365.532,97 €	-355.377,35 €	-365.532,97 €	-365.532,97 €	0,00 €
Reservas Decorrentes da Transf. de Activos	0,40 €	0,00 €	0,00 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €
Resultados Transitados	55.648,36 €	-355.377,35 €	0,00 €	-299.728,99 €	-299.728,99 €	0,00 €
Total Fundos Próprios	3.391.609,73 €	-720.910,32 €	-355.377,35 €	3.026.076,76 €	3.026.076,76 €	0,00 €

- Não se identificaram quaisquer doações obtidas no exercício, referentes a numerário e/ou equipamentos;
- Confirmámos os movimentos da rubrica de Resultados Transitados, que respeitam à aplicação do resultado líquido do período anterior;
- Verificámos também que a entidade não contabilizou em Resultados Transitados quaisquer regularizações não frequentes e de grande significado.

3.8.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2016 verificámos uma diminuição dos Fundos Próprios em cerca de 365 mil euros, motivado pelo resultado líquido negativo da sua atividade. Para além do resultado líquido do período e da aplicação do resultado líquido negativo do ano anterior, não se identificaram quaisquer outros movimentos nas contas de Fundos Próprios.

3.9. Fornecedores



b

3.9.1. Identificação das Contas

Resumo - Fornecedores						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Fornecedores	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	Nº Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 30NOV16						
Fornecedores C/C						
Fornecedores Nacionais - Público	-	-	-	-	-	0,00
Fornecedores Nacionais - Privado	0,00	0,00	0,00	0,0%	5	0,00
Fornecedores - Faturas Receção e Conferência	-	-	-	-	-	0,00
Fornecedores - Adiantamentos	321,94	2,87	-	-	-	319,07
Subtotal	321,94	2,87	0,00	0,0%	5	319,07
Fornecedores de Imobilizado						
Fornecedores de Imobilizado - Privado	-	-4.774,10	-	-	-	4.774,10
Subtotal	0,00	-4.774,10	0,00	0,0%	0	4.774,10
Total	321,94	-4.771,23	0,00	0,0%	5	5.093,17

3.9.2. Procedimentos Realizados

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Foi efetuada circularização de saldos de Fornecedores, reportada a 30 de Novembro de 2016, tendo sido circularizadas 6 entidades, apresentando-se no quadro acima as respostas obtidas, todas concordantes, reportadas a Novembro e considerados os saldos contabilísticos existentes em 31/12/2016;
- Foram analisados os movimentos ocorridos entre a data da circularização e a data de fim de período;

3.9.3. Revisão Analítica

Verificámos uma diminuição do saldo de fornecedores, motivado pelo pagamento do valor em dívida ao fornecedor de imobilizado CMM -Carp. Mecânica Machiquense, Lda.

3.10. Fornecimentos e Serviços Externos

3.10.1. Identificação das Contas



Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) TC - COFRE						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros)
						Var. 31Dez16 vs 31Dez15
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS - FSE						
FSE - Conservação e Reparação	6.455,39	9.107,66	2.018,49	31,3%	2	-2.652,27
FSE - Electricidade	11.634,48	11.886,66	3.193,19	27,4%	3	-252,18
FSE - Trabalhos Especializados	43.383,93	43.443,68	17.119,65	39,5%	1	-59,75
FSE - Vigilância e Segurança	17.693,61	7.341,16	4.404,60	24,9%	3	10.352,45
FSE - Limpeza, higiene e Conforto	26.277,69	36.536,91	6.441,45	24,5%	8	-10.259,22
FSE - Comunicação	6.802,52	6.196,77	2.130,17	31,3%	9	605,75
FSE - Deslocações e Estadas	25.953,85	28.170,53	5.654,38	21,8%	5	-2.216,68
FSE - Outros FSE	11.867,40	11.035,68	7.560,00	63,7%	6	831,72
FSE - Outras Contas	9.636,08	9.607,45	6.126,51	63,6%	21	28,63
Total	159.704,95	163.326,50	54.648,44	34,2%	58	-3.621,55

3.10.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano e testes substantivos às principais rubricas de FSE, analisando-se uma amostra de 58 processos, não se tendo detetado qualquer situação não conforme;
- Análise e verificação dos procedimentos de aquisição dos bens e serviços face aos normativos vigentes no âmbito da contratação pública.

3.10.3. Revisão Analítica

De 2015 para 2016 não se verificaram variações significativas nesta área.

Em termos de escolha do procedimento de contratação pública, para as aquisições analisadas, foi verificada a conformidade dos processos de aquisição de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de janeiro, particularmente os procedimentos adotados quanto à competência para autorização das despesas, tipo e escolha de procedimentos. No ponto 5 apresentamos as verificações efetuadas, bem como as principais conclusões.

3.11. Custos com o Pessoal

3.11.1. Identificação das Contas



Azavedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Contas & Associações, Oficiais de Contas, lda.

b

Custos com Pessoal (TC - COFRE)						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Pessoal	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
CUSTOS COM PESSOAL - CP						
CP - Remunerações Órgãos Diretivos	11,33	5.272,78		0,0%		-5.261,45
CP - Remunerações ao Pessoal	655.954,27	563.747,62	75.467,02	11,5%	1	92.206,65
CP - Encargos Sobre Remunerações	154.967,20	134.305,67	17.938,38	11,6%	1	20.661,53
CP - Seguros	372,36	849,58	0,00	0,0%	0	-477,22
CP - Outros Custos Com Pessoal	2.745,78	9.409,19	0,00	0,0%	0	-6.663,41
Total	814.050,94	713.584,84	93.405,40	11,5%	2	100.466,10

3.11.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos e teste ao processamento de ordenados do mês de Dezembro, validando os valores de ordenados base e suplementos, os cálculos dos descontos legais e os valores finais a pagar;
- Teste à consistência do processamento de remunerações do mês de Dezembro e os registos contabilísticos associados;

TESTE AO PROCESSAMENTO DOS ORDENADOS					
Descritivo	Conta	Contabilidade	Calculado	Declaração	Diferenças
Remunerações	631/2	36.377,19	36.377,19		0,00
CGA+ SS Entidade Patronal	635	7.685,94	7.685,96		-0,02
IRS	2421	9.482,00	9.482,00	9.482,00	0,00
ADSE+CGA+Segurança Social	245	12.480,35	12.480,37	12.480,35	-0,02
Vencimento líquido		22.120,78	22.120,76		0,00

Da análise do processamento de vencimento de Dezembro, não nos foi possível determinar com total exatidão a base de cálculo da CGA relativa à parte da entidade patronal (23,75%), dos colaboradores Carla Elisabete Pires Baptista Pestana e Elisabete Alves Pereira resultando, desta forma, uma diferença imaterial de 101,00 €.

Relativamente às ajudas de custo chamamos a atenção para a necessidade de os boletins de itinerário conterem toda a informação que a lei determina.

Em sede de contraditório, a SRMTC referiu:

"Esclarece-se que o procedimento seguido pela SRMTC respeita o disposto no n.º 1 do art.º 16.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), que estabelece que "Durante o período de faltas por motivo de doença a que se refere o artigo



h

anterior, mantém-se a contribuição total das entidades empregadoras para a CGA, I.P., no caso dos trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente, determinada em função da remuneração relevante para o efeito à data da ocorrência da falta". Ou seja, a base contributiva de desconto para a CGA não é a mesma para o colaborador e para a entidade patronal, relativamente à componente Vencimento, que na Relação Contributiva da CGA (RCi), através do código 61 (Ausências de Doenças) identifica o montante sobre o qual apenas existe contribuição por parte da entidade patronal.

Assim:

- À colaboradora **Elisabete Alves Pereira** foram descontados cinco dias no vencimento, no suplemento de disponibilidade permanente e no subsídio de fixação, sendo 3 deles a 100% e 2 dias a 10%.
- À colaboradora **Carla Elisabete Pires Batista Pestana** foram descontados sete dias no vencimento e no subsídio de fixação, relativos a doença sendo 3 deles a 100% e 4 a 10%."

Resposta:

Foram acolhidos os esclarecimentos prestados, pelo que o quadro acima foi substituído por uma versão corrigida.

3.11.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2016, verificou-se um aumento de de 100 mil euros nos custos com o pessoal, motivados fundamentalmente pela diminuição das transferências recebidas do Orçamento do Estado, que implicou que os valores suportados pelo Cofre Privativo fossem superiores aos do ano anterior.

3.12. Outros Custos e Perdas

3.12.1. Identificação das Contas

Outros Custos e Perdas TC - COFRE						
Rubricas de Custos	(Valores em Euros)					
	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS						
OCO - IRC	-	492,34	-	-	-	-492,34
Subtotal	0,00	492,34	0,00		0	-492,34
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS						
CPE - Correções de Exerc. Anteriores	25.838,47	5.553,79	24.263,79	93,9%	6	20.284,68
CPE - Perdas em existências	-	8,20	-	-	-	-8,20
Subtotal	25.838,47	5.561,99	24.263,79	93,9%	6	20.276,48
Total	25.838,47	6.054,33	24.263,79	93,9%	6	19.784,14



abc

Azevedo Rodrigues, Estaba, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficina de Contas, LDA.

3.12.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas.

3.12.3. Revisão Analítica

O saldo da rubrica de Custos e Perdas Extraordinárias – Correções de Exercícios Anteriores diz respeito fundamentalmente a correções de especialização de emolumentos efetuados durante o ano de 2015, tendo sido validado aquando do teste à especialização dos mesmos.

3.13. Impostos e Taxas

3.13.1. Identificação das Contas

IMPOSTOS, TAXAS, MULTAS E PENALIDADES (TC - COFRE)						
(Valores em Euros)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
IMPOSTOS, TAXAS, MULTAS E PENALIDADES						
Imp. Tax. Mult. Penal.	644.168,71	546.541,78	158.153,51	24,6%	19	97.626,93
Total	644.168,71	546.541,78	158.153,51	24,6%	19	97.626,93

3.13.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Revisão analítica e análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Testes de conformidade dos emolumentos liquidados e cobrados, tendo em atenção o "Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas", não se tendo detetado nenhuma situação relevante;
- Analisamos a base de dados (RIGORE) de todos os emolumentos liquidados e cobrados da entidade e verificámos, através de testes analíticos, se a mesma foi integralmente contabilizada nas contas correspondentes;
- *Follow-up* das especializações efetuadas no ano anterior e sua regularização.

3.13.3. Revisão Analítica

Os proveitos relativos a emolumentos de impostos e taxas, registou em termos globais um aumento de 97.626,93 €.



As correções referentes a períodos anteriores foram igualmente validados e são fundamentalmente referentes a correções de especialização de emolumentos.

3.14. Outros Proveitos e Ganhos

3.14.1. Identificação das Contas

Outros Proveitos e Ganhos TC - CDFRE						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Proveitos	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Análisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
PROVEITOS SUPLEMENTARES						
PS - Outros	17.455,71	10.785,82	3.999,85	22,9%	5	6.669,89
Subtotal	17.455,71	10.785,82	3.999,85	22,9%	5	6.669,89
PROVEITOS FINANCEIROS						
Juros CEDIC	443,86	2.005,94	443,86	100,0%	1	-1.562,08
Subtotal	443,86	2.005,94	443,86	100,0%	1	-1.562,08
PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS						
Proveitos Extr. - Existências	0,00	8,20	0,00		0	-8,20
Proveitos Extr. - Red. de Provisões	72,48	157,50	72,48	100,0%	1	-85,02
Proveitos Extr. - Correções de Exerc. Anteriores.	16.610,91	18.825,95	16.310,86	98,2%	4	-2.215,04
Subtotal	16.683,39	18.991,65	16.383,34	98,2%	5	-2.308,26
Total	34.582,96	31.783,41	20.827,05	60,2%	11	2.799,55

3.14.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas.

3.14.3. Revisão Analítica

Os Proveitos Suplementares dizem respeito fundamentalmente a reembolsos de viagens no âmbito da alínea a) do nº 1 do artigo 1º do DL72/96 de 12 de junho. Este saldo foi validado por amostra aquando do teste à especialização de acréscimo de proveitos.

Nos Proveitos e Ganhos Financeiros estão registados os juros obtidos das aplicações CEDIC, tendo-se verificado um decréscimo no valor, em relação ao ano anterior, resultante da diminuição das taxas de juro e do montante das aplicações.

O saldo da rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinárias - Correções de Exercícios Anteriores diz respeito fundamentalmente a correções de especialização de emolumentos efetuados durante o ano de 2015, tendo sido validado aquando do teste à especialização dos mesmos.



4. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (ORÇAMENTO DO ESTADO)

4.1. Investimentos Financeiros, Imobilizações Corpóreas e Amortizações

4.1.1. Identificação das Contas

INVESTIMENTOS FINANCEIROS E IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (TC - OR)											
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec16	Aquisições de Imobilizado 2016	Amortiz. ABC Valores a 31Dec16	Amortiz. ABC % a 31Dec16	N.º Processos Analisados	Abatas de Imobilizado 2016	Amortiz. ABC Valores a 31Dec16	Amortiz. ABC % a 31Dec16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dec15 vs 31Dec16
INVESTIMENTOS FINANCEIROS											
Terras e Recursos Naturais	23.692,90	23.692,90	0,00	0,00							0,00
Edifícios e Outras Construções	71.078,70	71.078,70	0,00	0,00							0,00
Total dos Investimentos Financeiros	94.771,60	94.771,60	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS											
Terras e Recursos Naturais	760.684,25	760.684,25	0,00	0,00							0,00
Edifícios e Outras Construções	2.282.052,75	2.282.052,75	0,00	0,00							0,00
Equipamento Básico	144.302,54	148.304,08	0,00	0,00			-4.001,54	-4.001,54	100,0%	1	-4.001,54
Equipamento de Transporte	-	-	0,00	0,00							0,00
Ferramentas e Utensílios	638,77	638,77	0,00	0,00							0,00
Equipamento Administrativo	275.752,75	276.603,37	0,00	0,00							850,62
Outras Imobilizações Corpóreas	465.215,53	465.489,87	0,00	0,00							-274,34
Total das Imobilizações Corpóreas	3.928.646,59	3.933.773,09	0,00	0,00	0,0%	0	-4.001,54	-4.001,54	100,0%	1	-5.126,50

Rubricas das Contas	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec16	Amortizações de Exercício 2016	Amortiz. ABC Valores a 31Dec16	Amortiz. ABC % a 31Dec16	N.º Processos Analisados	Abatas de Imobilizado 2016	Amortiz. ABC Valores a 31Dec16	Amortiz. ABC % a 31Dec16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dec15 vs 31Dec16
AMORT. ACUM. INV. FINANCEIROS											
Terras e Recursos Naturais	-	-	-	-							0,00
Edifícios e Outras Construções	-25.556,33	-24.662,27	-894,06	-894,06	100,0%	1					-894,06
Total das Amortizações Acumuladas	-25.556,33	-24.662,27	-894,06	-894,06	100,0%	1	0,00	0,00	0,0%	0	-894,06
AMORT. ACUM. IMOB. CORPÓREAS											
Terras e Recursos Naturais	-	-	-	-							0,00
Edifícios e Outras Construções	-431.536,35	-407.361,88	-25.334,47	-25.334,47	100,0%	1					-25.334,47
Equipamento Básico	-144.302,54	-148.304,08	-	-			-4.001,54	-4.001,54	100,0%	1	-4.001,54
Equipamento de Transporte	-	-	-	-							0,00
Ferramentas e Utensílios	-638,77	-638,77	-	-							0,00
Equipamento Administrativo	-275.244,28	-275.244,28	-	-							0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	-46.046,07	-46.046,07	-	-							0,00
Total das Amortizações Acumuladas	-898.864,51	-877.531,58	-25.334,47	-25.334,47	100,0%	1	-4.001,54	-4.001,54	100,0%	1	-21.332,93

4.1.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, tendo em atenção os registos no sistema de gestão de imobilizado e os valores apresentados na contabilidade, conforme quadros seguintes:

IMOBILIZADOS					
	2015	2016	Montantes Validados	Diferença	Observações
4141	23.692,90 €	23.692,90 €	23.692,90 €	0,00 €	Variação OK
4142	71.078,70 €	71.078,70 €	71.078,70 €	0,00 €	Variação OK
T414	94.771,60 €	94.771,60 €	94.771,60 €	0,00 €	
421	760.684,25 €	760.684,25 €	760.684,25 €	0,00 €	Variação OK
422	2.282.052,75 €	2.282.052,75 €	2.282.052,75 €	0,00 €	Variação OK
423	148.304,08 €	144.302,54 €	144.302,54 €	0,00 €	Variação OK
425	638,77 €	638,77 €	638,77 €	0,00 €	Variação OK
426	275.752,75 €	275.752,75 €	275.752,75 €	0,00 €	Variação OK
429	465.215,53 €	465.215,53 €	465.215,53 €	0,00 €	Variação OK
T42	3.932.646,13 €	3.928.646,59 €	3.928.646,59 €	0,00 €	
Total	4.027.419,73 €	4.023.418,19 €	4.023.418,19 €	0,00 €	



3

AMORTIZAÇÕES A CUMULADAS					
	2015	2016	Montantes Validados	Diferença	Observações
4812	24.662,27 €	25.556,33 €	25.556,33 €	0,00 €	Variação OK
T481	24.662,27 €	25.556,33 €	25.556,33 €	0,00 €	
4822	407.301,88 €	432.636,35 €	432.636,35 €	0,00 €	Variação OK
4823	148.304,08 €	144.302,54 €	144.302,54 €	0,00 €	Variação OK
4825	638,77 €	638,77 €	638,77 €	0,00 €	Variação OK
4826	275.244,78 €	275.244,78 €	275.244,78 €	0,00 €	Variação OK
4829	46.046,07 €	46.046,07 €	46.046,07 €	0,00 €	Variação OK
T482	877.535,58 €	898.868,51 €	898.868,51 €	0,00 €	
Total	902.197,85 €	924.424,84 €	924.424,84 €	0,00 €	

- Análise das principais aquisições de imobilizado, respetivo controlo físico e fichas de imobilizado, tendo-se verificado que no período em análise não se efetuou qualquer aquisição;
- Análise das principais alienações e abates e do cumprimento das normas legais, tendo-se detetado que não ocorreram quaisquer alienações durante o período. No que respeita aos abates, validou-se os respetivos autos de abate (n.º1/2016 – OE da SRMTC), tendo-se verificado os bens abatidos e o respetivo registo contabilístico;
- Validação do cálculo das amortizações do exercício e consistência dos critérios face ao ano anterior, conforme quadro seguinte:

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO			
	2016	Montantes Validados	Diferença
6832	894,06 €	894,06 €	0,00 €
T683	894,06 €	894,06 €	0,00 €
6622	25.334,47 €	25.334,47 €	0,00 €
T662	25.334,47 €	25.334,47 €	0,00 €
Total 683	894,06 €	894,06 €	0,00 €
Total 66	25.334,47 €	25.334,47 €	0,00 €

- Verificámos a aplicação das taxas de amortização adotadas de acordo com o disposto na Portaria 671/2000 (CIBE), bem como o correto registo contabilístico.
- Confirmação da titularidade dos bens sujeitos a registo (Imóveis):
 - 1) Palácio do Esmeraldo, sede do Tribunal de Contas - Madeira - ver ponto 3.1.2 anterior;
 - 2) Casa de função de São Gonçalo - imóvel propriedade do Estado, que foi cedido em 22 de Novembro de 1988 ao Tribunal de Contas - Madeira para residência do Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas da Madeira. Aquando da aquisição da Casa de função dos Ilhéus em 2007, a casa de função de São Gonçalo passou a estar inativa, tendo sido desafetada da atividade operacional do Tribunal e transferida contabilisticamente (em 2009) para a conta de Investimentos em Imóveis.





[Handwritten signature]



Arêvedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
 Coetâ e Associados, Órfices da Contas, lda.

[Handwritten mark]

- Análise à política de cobertura de seguros aplicáveis ao imobilizado - ver ponto 3.1.2 anterior.

4.1.3. Revisão Analítica

Durante o período em análise não se efetuou qualquer aquisição de investimentos financeiros ou de imobilizado no âmbito do Orçamento de Estado, tendo-se verificado apenas abates de 3 equipamentos por se encontrarem obsoletos.

4.2. Estado

4.2.1. Identificação das Contas

Estado							(Valores em Euros)
Rubricas de Clientes	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15	
ESTADO							
IRS - Ret. Cat. A - Trabalhadores dependentes	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
IRS - Ret. Cat. B - Trabalhadores independentes	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
IVA - imposto sobre o Vabr Acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
ADSE - Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
CGA - Entidade Patronal	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
CGA - Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
SS - Entidade Patronal	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
SS - Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
Subsistemas Saúde	0,00	0,00	0,00	0,0%	4	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,0%	28	0,00	

4.2.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, validando os saldos decorrentes do processamento do mês de dezembro, bem como os resultantes do processamento dos meses de Fevereiro, Abril e Junho;
- Verificação da situação fiscal da entidade e da adequada gestão dos impostos, nomeadamente em sede de IVA, bem como a sua situação relativa à Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e outros sistemas de proteção social.

4.2.3. Revisão Analítica

Da análise efetuada não identificámos qualquer situação digna de registo.

4.3. Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis

4.3.1. Identificação das Contas



B

DISPONIBILIDADES						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Disponibilidades	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 31DEZ16						
Depósitos à ordem - Contas do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,0%	1	0,00
Total	0,00	0,00	0,00		1	0,00

4.3.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

VALORES MONETÁRIOS								
Conta	Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.
1311010001	Tes-DesOE-Fun-NC01-R	- €	- €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
1311010002	Tes-DesOE-Fun-NC01-M	- €	- €					
Total O.D.B. (Contas do Tesouro)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Valores Monetários		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK

- Pedido de confirmação externa dos saldos a 31 de Dezembro de 2016 ao IGCP, cruzando a resposta com o saldo contabilístico, não se tendo detetado qualquer diferença;
- Confirmação das condições e dos poderes de autorização de movimentação da conta bancária;
- Análise e verificação das reconciliações bancárias a 31 de Dezembro de 2016, verificando os principais itens em aberto e a sua regularização no início de 2017. A conta não apresenta saldo nesta data, pelo que não existem itens em aberto;
- Solicitação e análise dos mapas de responsabilidades da base de dados de contas e da informação sobre o uso do cheque, obtidos junto do Banco de Portugal;

4.3.3. Revisão Analítica

A conta do IGCP registada na contabilidade do Tribunal de Contas - OE, é uma conta de passagem, que no final do período se encontra sempre saldada, conforme estrato bancário à data.

4.4. Acréscimos e Diferimentos

4.4.1. Identificação das Contas



Acréscimos e Diferimentos (TC-OE)							
(Valores em Euros)							
Contas	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Especializações Constituídas 16	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
PROVEITOS DIFERIDOS							
Proveitos Diferidos - Imobilizado	1.849.416,40	1.874.750,87	-25.334,47	-25.334,47	100,0%	1	-25.334,47
Subtotal	1.849.416,40	1.874.750,87	-25.334,47	-25.334,47	100,0%	1	-25.334,47
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS							0,00
Acréscimos de Custos - Remunerações a Liquidar	218.874,06	214.709,60	218.874,06	218.874,06	100,0%	1	4.164,46
Subtotal	218.874,06	214.709,60	218.874,06	218.874,06	100,0%	1	4.164,46
Total	2.068.290,46	2.089.460,47	193.539,59	193.539,59	100,0%	2	-21.170,01

4.4.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Conta A&D	Tipo	Saldo Inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido
	Total acréscimo de proveitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
274	Diferimento Subsídios à exporação e ao investimento	1.849.416,40 €	1.874.750,87 €	0,00 €	1.874.750,87 €
274	Diferimento de Juros e outros proveitos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Total proveitos diferidos	1.849.416,40 €	1.874.750,87 €	0,00 €	1.874.750,87 €
273	Acréscimo de custos com o pessoal	218.874,06 €	211.633,60 €	0,00 €	211.633,60 €
	Total acréscimo de custos	218.874,06 €	211.633,60 €	0,00 €	211.633,60 €
	Total custos diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

- Análise da correta aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, validando os cálculos relacionados com a especialização das remunerações a liquidar (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias e outros abonos);
- Validação do valor registado em proveitos diferidos associado aos "Subsídios ao Investimento", tendo em atenção os respetivos mapas de suporte e comparando o valor do saldo com o valor líquido dos bens associados, conforme o quadro seguinte:

Subsídio ao Investimento						
BEM	Valor Aquisição	Amort. Acumulada 2016	Valor Líquido 2016	% Apoio	Valor 2745 2016	Diferença
PALÁCIO DA RUA DO ESMERALDO	2.282.052,75	-432.636,35	1.849.416,40	100%	1.849.416,40	0,00
Total	2.282.052,75	-432.636,35	1.849.416,40		1.849.416,40	0,00

No ponto 4.9.2 seguinte relatamos a conferência do valor do incentivo registado em proveitos para compensação das amortizações decorrentes deste bem.

4.4.3. Revisão Analítica



B

A principal movimentação nas contas de especialização diz respeito à imputação do subsídio ao investimento a proveitos no valor de 25 mil euros.

4.5. Fundos Próprios

4.5.1. Identificação das Contas

Fundos Próprios (TC - OE)						
(Valores em Euros)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
FUNDOS PRÓPRIOS						
Fundos Próprios - Património Inicial	1.341.295,29	1.341.295,29		0,0%		0,00
Fundos Próprios - Resultados Transitados	-305.533,88	-301.563,82	-3.970,06	100,0%	1	-3.970,06
Fundos Próprios - Resultado Líquido do Exercício	-5.058,52	-3.970,06		0,0%		-1.088,46
Total	1.030.702,89	1.035.761,41	-3.970,06	100,0%	1	-5.058,52

4.5.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

FUNDOS PRÓPRIOS						
Situações	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	SF	SF validado	Diferenças
Fundo Patrimonial	1.341.295,29 €	0,00 €	0,00 €	1.341.295,29 €	1.341.295,29 €	0,00 €
Resultado líquido do exercício	-3.970,06 €	-5.058,52 €	-3.970,06 €	-5.058,52 €	-5.058,52 €	0,00 €
Resultados Transitados	-301.563,82 €	-3.970,06 €	0,00 €	-305.533,88 €	-305.533,88 €	0,00 €
Total Fundos Próprios	1.035.761,41 €	-9.028,58 €	-3.970,06 €	1.030.702,89 €	1.030.702,89 €	0,00 €

- Não se identificaram quaisquer doações obtidas no exercício, referentes a numerário e/ou equipamentos;
- Confirmámos os movimentos da rubrica de Resultados Transitados, que respeitam à aplicação do resultado líquido do período anterior;
- Verificámos que a entidade não contabilizou em Resultados Transitados quaisquer regularizações não frequentes e de grande significado.

4.5.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2016 verificámos uma diminuição dos Fundos Próprios em cerca de 5 mil euros, motivado pelo resultado líquido negativo da sua atividade. Para além do resultado líquido do período e da aplicação do resultado líquido negativo do ano anterior, não se identificaram quaisquer outros movimentos nas contas de Fundos Próprios.

4.6. Custos com o Pessoal



4.6.1. Identificação das Contas

Custos com Pessoal (TC - OE)						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Pessoal	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
CUSTOS COM PESSOAL - CP						
CP - Remunerações Órgãos Diretivos	39.960,21	33.466,04	1.648,07	4,1%	1	6.494,17
CP - Remunerações ao Pessoal	754.982,40	779.855,78	34.729,12	4,6%	1	-24.873,38
CP - Encargos Sobre Remunerações	176.734,55	179.958,07	7.685,94	4,3%	1	-3.223,52
CP - Outros	0,00	0,00	0,00		0	0,00
Total	971.677,16	993.279,89	44.063,13	4,5%	3	-21.602,73

4.6.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos e teste ao processamento de ordenados do mês de Dezembro, validando os valores de ordenados base e suplementos, os cálculos dos descontos legais e os valores finais a pagar;
- Teste à consistência do processamento de remunerações do mês de Dezembro e os registos contabilísticos associados;

TESTE AO PROCESSAMENTO DOS ORDENADOS					
Descritivo	Conta	Contabilidade	Calculado	Declaração	Diferenças
Remunerações	631/2	36.377,19	36.377,19		0,00
CGA+ SS Entidade Patronal	635	7.685,94	7.685,96		-0,02
IRS	2421	9.462,00	9.462,00		0,00
				9.462,00	0,00
ADSE+CGA+Segurança Social	245	12.480,35	12.480,37		-0,02
				12.480,35	0,00
Vencimento líquido		22.120,78	22.120,78		0,00

4.6.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2016, verificou-se uma diminuição de 21 mil euros nos custos com o pessoal, motivados fundamentalmente pelo decréscimo das transferências recebidas do Orçamento do Estado, que implicou que os valores suportados pelo Cofre Privativo fossem superiores aos do ano anterior.

4.7. Outros Custos e Perdas

4.7.1. Identificação das Contas



b

Outros Custos e Perdas TC - OE						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Custos	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analsados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
CUSTOS FINANCEIROS						
Amort. Investimentos Imóveis	894,06	894,06	894,06	100,0%	1	0,00
Subtotal	894,06	894,06	894,06	100,0%	1	0,00
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS						
CPE - Correções de Exerc. Anteriores.	0,03	1.715,35	0,00	0,0%	0	-1.715,32
Subtotal	0,03	1.715,35	0,00	0,0%	0	-1.715,32
Total	894,09	2.609,41	894,06	100,0%	1	-1.715,32

4.7.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas.

4.7.3. Revisão Analítica

O saldo da rubrica de Custos Financeiros respeita à amortização do edifício que está contabilizado como Investimento Financeiro em Imóveis - ver ponto 4.1 anterior

4.8. Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

4.8.1. Identificação das Contas

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS (TC - OE)						
(Valores em Euros)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analsados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS (TC - OE)						
Orçamento de Estado	965.429,74	974.245,13	965.429,74	100,0%	1	-8.815,39
Total	965.429,74	974.245,13	965.429,74	100,0%	1	-8.815,39

4.8.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram analisados os movimentos ocorridos durante o ano, verificando a conformidade dos valores recebidos, através do Mapa do Pedido de Libertação de Créditos do mês de Dezembro.

4.8.3. Revisão Analítica

Verificou-se uma diminuição em cerca de 8 mil euros em relação às transferências do orçamento de estado, face ao ano anterior.



B

4.9. Outros Proveitos e Ganhos

4.9.1. Identificação das Contas

Outros Proveitos e Ganhos TC - OE						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Proveitos	Saldo em 31Dez16	Saldo em 31Dez15	Amostra ABC Valor a 31Dez16	Amostra ABC % a 31Dez16	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez16 vs 31Dez15
PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS						
Proveitos Extr. - Correções de Exerc. Anteriores.	1.291,98	17.674,11	1.291,98	100,0%	1	-16.382,13
Proveitos Extr. - Tranf. Capital Obtidas	25.334,47	25.334,47	25.334,47	100,0%	1	0,00
Total	26.626,45	43.008,58	26.626,45	100,0%	2	-16.382,13

4.9.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas (base amostra);
- Validação do valor registado em proveitos associado às "Transferências de capital obtidas", tendo em atenção os respetivos mapas de suporte e identificação dos bens associados, conforme o quadro seguinte:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO						
Bem	DADOS SUBSÍDIOS			AO INVESTIMENTO		
	Vabr transtado de 2015	Correcções montantes financiados	Subsídios aprovados em 2016	Amortizações em 2016	Amort. anos anteriores não imputadas	Saldo final de 2016
Palácio Esmeraldo - Aquisição por OE	1.874.750,87	0,00	0,00	25.334,47	0,00	1.849.416,40
SOMA	1.874.750,87	0,00	0,00	25.334,47	0,00	1.849.416,40
Conta	2745			7983	59	2745
Sub. Investim/	1.874.750,87 €			25.334,47	0,00	1.849.416,40
Obs.	OK			OK	OK	OK

4.9.3. Revisão Analítica

A conta Correções de Exercícios Anteriores apresenta um saldo de 1.291,98 € e refere-se essencialmente a regularização da especialização de férias do ano anterior.

O valor associado às "Transferências de capital obtidas" de 25.334,00 €, decorre do relatado nos pontos 4.1.2 e 4.9.2 anteriores.



h

5. PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Os procedimentos pré-contratuais realizados pela Secção Regional da Madeira estão sujeitos ao cumprimento do disposto no Código da Contratação Pública.

Foram analisados os seguintes processos de contratação:

- Imobilizado - 8 procedimentos pré-contratuais. Em todas as aquisições foi adotado o ajuste direto simplificado, nos termos do artigo 128.º do CCP, dado que o valor das aquisições é inferior a 5 mil euros, todos foram autorizados pelo órgão competente;
- Existências- 4 procedimentos pré-contratuais. Em todos foi adotado o procedimento de ajuste direto simplificado, pois estava em causa a celebração de um contrato de aquisição bens, cujo preço contratual foi inferior a 5 mil euros, tendo a adjudicação sido realizada pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- FSE - 12 procedimentos pré-contratuais. As aquisições foram feitas ou através de ajuste direto ou através de ajuste direto simplificado.

De seguida apresenta-se uma descrição mais pormenorizada de alguns procedimentos realizados pela entidade, face ao valor das aquisições ou porque foram submetidos à concorrência:

1 - Aquisição de serviços associados à partilha de plataforma de suporte à aplicação GeRFip.

Este procedimento foi desencadeado pela DGTC, cabendo à SRM suportar o encargo financeiro. A Direção Geral do Tribunal de Contas celebrou contrato de adesão com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), o qual inclui a Secção Regional da Madeira, tendo sido considerada contratação excluída ao abrigo do artigo 5º do CCP.

2 - Prestação de serviços de limpeza do Edifício Sede

O procedimento escolhido para a formação deste contrato foi de ajuste direto encontrando-se enquadrado na alínea a) do nº 1 do artigo 16º, artigo 18º e alínea a) do artigo 20º do CCP. Foi realizado o pedido de parecer prévio vinculativo à decisão de contratar, tendo o mesmo sido obtido. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Administrativo da SRMTC. Foram convidadas 4 entidades a apresentar proposta e rececionadas 3 propostas, tendo sido adjudicado a 6-11-2013 pelo Conselho Administrativo. O contrato foi celebrado em 29 de novembro de 2013. Para 2017 foi iniciado novo procedimento.

3 - Em 2016 vigoraram dois contratos de prestação de serviços de segurança, vigilância e receção da Sede, um até 31-08-2016 e outro nos restantes 4 meses.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda.

Na formação do primeiro foi adotado o procedimento de ajuste direto enquadrado na alínea a) do nº 1 do artigo 16º, artigo 18º e alínea a) do artigo 20º do CCP, tendo a decisão de contratar sido tomada pelo Conselho Administrativo da SRMTC, no uso de competência própria. Foi realizado o pedido de parecer prévio vinculativo à decisão de contratar tendo o mesmo sido obtido. Foram convidadas 6 entidades a apresentar proposta e rececionadas 3 propostas, o despacho de adjudicação foi proferido a 16-07-2013 e o contrato foi celebrado em 1 de Agosto de 2013.

No segundo, o procedimento escolhido para formação do contrato foi também de ajuste direto nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 16º, artigo 18º e alínea a) do nº 1 do artigo 20º do CCP, tendo a decisão de contratar sido tomada pelo Conselho Administrativo da SRMTC, no uso da sua competência. Foi realizado o pedido de parecer prévio vinculativo à decisão de contratar. A decisão de adjudicação foi proferida a 12-07-2016 pelo Conselho Administrativo e o contrato celebrado em 4 de agosto de 2016.

No âmbito dos procedimentos analisados, é nossa opinião de que os mesmos se encontram em conformidade com o quadro normativo vigente.

VI – Relatório de Gestão

Foi analisado e apreciado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho Administrativo, o qual reflete, em nosso entender, uma descrição fiel das atividades realizadas durante o período de 2016 pelo **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira - Cofre Privativo e Orçamento de Estado**.

Lisboa, 10 de Março de 2017,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.F.M. 20161434

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681

B

VII – Anexos

1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - AGREGADO (COFRE PRIVATIVO + ORÇAMENTO DE ESTADO)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31-12-2016 AGREGADO (COFRE + OE)

(valores em Euros)

CÓDIGO DE CONTAS	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	EXERCÍCIO	
			2016	2015
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3.2	5 056,64 €	4 843,58 €
62	Fornecimentos e Serviços Externos	3.10		158 236,75 €
64	Custos com o Pessoal			1 382 342,22 €
641/642	Remunerações do pessoal	3.11/4.6	1 450 117,20 €	
643	Pensões			314 263,74 €
645	Encargos sobre Remunerações	3.11/4.6	331 701,75 €	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	3.11	372,36 €	849,58 €
647	Encargos Sociais Voluntários			9 409,19 €
648	Outros Custos com o Pessoal	3.11	2 745,78 €	1 706 864,73 €
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais			
66	Amortizações de Exercício	3.1/4.1	66 140,10 €	70 311,70 €
67	Provisões do Exercício	3.7	66 140,10 €	916,06 €
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	3.12	102,64 €	492,34 €
	(A)		2 014 473,22 €	1 946 754,91 €
68	Custos e Perdas Financeiras	4.7	894,06 €	894,06 €
	(C)		2 015 367,28 €	1 947 648,97 €
69	Custos e Perdas Extraordinárias	3.12/4.7	25 838,50 €	7 277,34 €
	(E)		2 041 205,78 €	1 954 926,31 €
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício			
	(G)		2 041 205,78 €	1 954 926,31 €
88	Resultado Líquido do Exercício	3.8/4.5	-370 591,49 €	-359 347,41 €
			1 670 614,29 €	1 595 578,90 €
PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e Prestações de Serviços			
72	Impostos e Taxas	3.13	643 975,14 €	546 541,78 €
73	Proveitos Suplementares	3.14	17 455,71 €	10 785,82 €
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos			
741	Transferências - Tesouro	4.8	965 429,74 €	974 245,13 €
742	Transferências Correntes Obtidas			
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		1 626 860,59 €	1 531 572,73 €
	(B)		1 626 860,59 €	1 531 572,73 €
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	3.14	443,86 €	2 005,94 €
	(D)		1 627 304,45 €	1 533 578,67 €
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.14/4.9	43 309,84 €	62 000,23 €
	(F)		1 670 614,29 €	1 595 578,90 €
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =			- 387 612,63 €	- 415 182,18 €
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			- 450,20 €	1 111,88 €
Resultados correntes: (D) - (C) =			- 388 062,83 €	- 414 070,30 €
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			- 370 591,49 €	- 359 347,41 €
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			- 370 591,49 €	- 359 347,41 €



Tribunal de Contas
Secção Regional da Madeira



2. BALANÇO - AGREGADO (COFRE PRIVATIVO + ORÇAMENTO DE ESTADO)

BALANÇO DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31-12-2016
AGREGADO (OE + COFRE)

CÓDIGO DE CONTAS	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	2016		2015		CÓDIGO DE CONTAS	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	2016	2015
			ATIVO BRUTO	AMORTIZÁVEIS / PASSIVOS	ATIVO LIQUIDO	ATIVO LIQUIDO					
ATIVO											
433	IMOBILIZADO										
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS										
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	3.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31				3.042,8	5 032 833,61 €
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS										
421	Terras e Recursos Naturais	3.1/A.1	1 173 575,32 €	716 770,91 €	1 173 575,32 €	579	Reservas			3,8	0,00 €
422	Edifícios e Outras Construções	3.1/A.1	3 689 313,53 €	2 952 342,51 €	2 952 342,51 €	59	Resultados Transferidos			3.042,8	-245 915,46 €
423	Equipamento Básico	3.1/A.1	319 769,75 €	395 763,67 €	24 006,09 €	88	Resultado Líquido do Exercício			3.042,8	-270 593,49 €
424	Equipamento de Transporte	3.1	27 355,00 €	21 214,84 €	5 940,16 €						4 058 779,03 €
425	Ferramentas e Utensílios	3.1/A.1	618,77 €	618,77 €	0,00 €						
426	Equipamento Administrativo	3.1/A.1	386 287,77 €	373 989,45 €	12 398,32 €	29	Provisões para Riscos e Encargos				
419	Outras Imob.Corpóreas	3.1/A.1	489 841,03 €	64 763,52 €	425 077,51 €						
442	Imobilizações em Curso	3.1	6 086 481,16 €	1 492 141,18 €	4 593 340,00 €						
4141	INVESTIMENTOS FINANCEIROS										
	Terras e Recursos Naturais	4.1	23 692,90 €	23 692,90 €	0,00 €						
4142	Edifícios e Outras Construções	4.1	71 078,20 €	25 556,33 €	45 521,87 €						
	CIRCULANTE										
	EXISTÊNCIAS										
36	Materias Primas, Subprodutos e de Consumo	3.2	5 895,88 €	1 895,88 €	3 999,99 €	221	Dividendos a Terceiros - Curto Prazo				
32	Mercadorias		5 895,88 €	0,00 €	5 895,88 €	2611	Fornecedores de Imobilizado C/C				4 774,10 €
	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO										
211	Compras C/C	3.3	28 826,18 €		28 826,18 €	24	Estado e outras Entes Públicas				
212	Utilidades C/C	3.3	843,58 €	843,58 €	0,00 €	242	Resolução Impo.3/ Remanejamento				
213	Clientes, Cont. e Outras de cobrança duvidosa	3.3	327,94 €		327,94 €	243	Imposto sobre o Valor Acrescentado				
219	Adiantamento e fornecimentos	3.3				262	Remunerações e Pagos				
24	Estado e outras Entes Públicas	3.0/A.2				266	Outras Dívidas Diversas				
243	Imposto sobre o Valor Acrescentado										
262	Patroal - Outras Operações										
266	Outras Dívidas Diversas										
	TIPOVALORES NEGOCIÁVEIS										
193	Títulos de Dívida Pública	3.5	29 993,70 €	843,58 €	29 149,12 €						
	COFRE NO TESOURO, DEPOSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA										
13	Conta no tesouro	3.0/A.3	1 260 800,37 €		1 260 800,37 €	273	Ativos de Curto Prazo				233 281,88 €
12	Depósitos em instituições financeiras	3.5				274	Provisões diferidas				1 649 416,40 €
11	Caixa		1 260 800,37 €		1 260 800,37 €						2 082 698,28 €
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
279	Acrescimos de provisão	3.6	175 613,57 €		175 613,57 €						229 901,96 €
272	Outros diferidos	3.6	181 085,23 €		181 085,23 €						1 624 750,72 €
	TOTAL DE AMORTIZÁVEIS	3.1/A.2		1 516 627,88 €						3.042,8	229 901,96 €
	TOTAL DAS PROVISÕES	3.7		1 516 627,88 €						3.042,8	229 901,96 €
	TOTAL DO ATIVO		7 659 039,40 €	1 516 627,88 €	6 142 411,52 €		TOTAL FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO				6 139 477,93 €



Arquivo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Conta e Associação Oficial do Contas, Lda.



3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - COFRE PRIVATIVO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31-12-2016 COFRE

(valores em Euros)

CÓDIGO DE CONTAS	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO	
			2016	2015	2016	2015
CUSTOS E PERDAS						
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3.2	5 056,64 €	5 056,64 €	4 843,58 €	4 843,58 €
62	Fornecimentos e Serviços Externos	3.10		158 236,75 €		163 326,50 €
64	Custos com o Pessoal					
641/642	Remunerações do pessoal	3.11	655 965,60 €		569 020,40 €	
643	Pensões					
645	Encargos sobre Remunerações	3.11	154 967,20 €		134 305,67 €	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	3.11	372,36 €		849,58 €	
647	Encargos Sociais Voluntários					
648	Outros Custos com o Pessoal	3.11	2 745,78 €	814 050,94 €	9 409,19 €	713 584,84 €
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais					
66	Amortizações de Exercício	3.1	40 805,63 €		44 977,23 €	
67	Provisões do Exercício	3.7		40 805,63 €	916,06 €	45 893,29 €
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	3.12		102,64 €		492,34 €
	(A)			1 018 252,60 €		928 140,55 €
68	Custos e Perdas Financeiras					
	(C)			1 018 252,60 €		928 140,55 €
69	Custos e Perdas Extraordinárias	3.12		25 038,47 €		5 561,99 €
	(E)			1 044 091,07 €		933 702,54 €
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício					
	(G)			1 044 091,07 €		933 702,54 €
88	Resultado Líquido do Exercício	3.8		-365 532,97 €		-355 377,35 €
				678 558,10 €		578 325,19 €
PROVEITOS E GANHOS						
71	Vendas e Prestações de Serviços					
72	Impostos e Taxas	3.13	643 975,14 €		546 541,78 €	
73	Proveitos Suplementares	3.14	17 455,71 €		10 785,82 €	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:					
741	Transferências - Tesouro					
742	Transferências Correntes Obtidas					
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais			661 430,85 €		557 327,60 €
	(B)			661 430,85 €		557 327,60 €
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	3.14		443,86 €		2 005,94 €
	(D)			661 874,71 €		559 333,54 €
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.14		16 683,39 €		18 991,65 €
	(F)			678 558,10 €		578 325,19 €
Resumo:						
Resultados operacionais: (B) - (A) =				-356 821,75 €		-370 812,95 €
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =				443,86 €		2 005,94 €
Resultados correntes: (D) - (C) =				-356 377,89 €		-368 807,01 €
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =				-365 532,97 €		-355 377,35 €
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =				-365 532,97 €		-355 377,35 €



Arquivo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Contas & Associações, Oficina de Contas, Lda.

4. BALANÇO - COFRE PRIVATIVO

BALANÇO DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31-12-2016
COFRE

CÓDIGO CONTAS	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO		2016		2015		NOTAS PARA RELATÓRIO	2015	
		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO			
ATIVO										
IMOBILIZADO										
433	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,40 €	0,40 €							
421	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
	Terrenos e Recursos Naturais	412 891,07 €		412 891,07 €						
422	Edifícios e Outras Construções	1 407 660,77 €	304 134,56 €	1 103 526,21 €	1 111 795,76 €					
423	Equipamento Básico	175 467,21 €	151 467,13 €	24 000,08 €	37 000,02 €					
424	Equipamento de Transporte	27 155,00 €	21 214,84 €	5 940,16 €	9 334,53 €					
425	Ferramentas e Utensílios									
426	Equipamento Administrativo	110 635,02 €	98 744,67 €	11 890,35 €	17 054,28 €					
429	Outros Imob. Corpóreas	24 625,50 €	18 717,45 €	5 908,05 €	6 482,83 €					
442	Imobilizações em curso	2 157 834,57 €	534 272,63 €	1 563 561,92 €	1 599 424,39 €					
36	CRÉDITOS									
	Nacionais Financ. Subsidiadas e de Consumo	5 895,88 €		5 895,88 €	3 962,00 €					
32	Mercionárias	5 891,88 €		5 891,88 €	3 962,00 €					
211	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO									
212	Clientes C/C	28 826,18 €		28 826,18 €	20 746,48 €					
213	Utilidades C/C									
219	Clientes, Cont. e Utilidades de cobrança duvidosa	843,58 €	843,58 €							
229	Adiantamento a fornecedores	321,54 €		321,54 €						
24	Estado e outros Entes Públicos									
243	Imposto sobre o Valor Acrescentado									
262	Pessoal - Outras Operações									
268	Outros Devedores Diversos									
153	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS									
	Títulos da Dívida Pública	29 991,70 €	843,58 €	29 148,12 €	20 249,35 €					
13	CONTA NO TESOUR. DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA									
12	Contas no Tesouro	1 260 809,37 €		1 260 809,37 €	320 854,40 €					
11	Caixa	1 260 809,37 €		1 260 809,37 €	2 000,00 €					
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
	Acréscimos de provisões	175 613,57 €		175 613,57 €	158 348,68 €					
272	Outros diferimentos	181 080,29 €		181 080,29 €	164 890,05 €					
3.1	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		594 272,63 €							
3.2	TOTAL DAS PROVISÕES		843,58 €							
3.7	TOTAL DO ATIVO	3 635 501,21 €	595 116,63 €	3 040 384,58 €	3 411 576,19 €					
PASSIVO										
FUNDO PRÓPRIO										
	Prémios									
	Reservas									
	Dotações									
	Outras									
1.8	Resultado Transado	3 691 388,32 €		3 691 388,32 €	3 611 338,32 €					
1.8	Resultado Líquido do Exercício									
1.8	Provisões para Riscos e Encargos	-29 728,99 €		-29 728,99 €	55 648,36 €					
1.8	Provisões para Riscos e Encargos	-365 532,97 €		-365 532,97 €	-355 377,35 €					
1.8	Provisões para Riscos e Encargos	3 026 076,76 €		3 026 076,76 €	3 381 099,73 €					
1.9	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO									
	Fornecedores C/C									
	Estado e outros Entes Públicos									
	Retenção Imp./ Rendimentos									
	Imposto sobre o Valor Acrescentado									
	Provisões a Pagar									
	Consultores - Materiais									
	Outros credores diversos									
1.9	Acrescimos e diferimentos									
1.9	Acrescimos de custos	14 407,82 €		14 407,82 €	15 182,36 €					
1.9	Provetos diferidos	14 407,82 €		14 407,82 €	19 966,46 €					
	TOTAL FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO	3 040 384,58 €		3 040 384,58 €	3 411 576,19 €					



h

5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - ORÇAMENTO DE ESTADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31-12-2016 OE

(valores em Euros)

CÓDIGO DE CONTAS	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	EXERCÍCIO	
			2016	2015
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			
62	Fornecimentos e Serviços Externos			
64	Custos com o Pessoal			
641+642	Remunerações	4.6	794 151,60 €	813 321,82 €
643	Pensões			
645	Encargos sobre Remunerações	4.6	176 734,55 €	179 950,07 €
646	Seguros de Acidentes de Trabalho			
647	Encargos Sociais Voluntários			
648	Outros Custos com o Pessoal		970 886,15 €	993 279,89 €
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais			
66	Amortizações de Exercício	4.1	25 334,47 €	25 334,47 €
67	Provisões do Exercício		25 334,47 €	25 334,47 €
65	Outros Custos e Perdas Operacionais			
	(A)		996 220,62 €	1 018 614,36 €
68	Custos e Perdas Financeiras	4.7	894,06 €	894,06 €
	(C)		997 114,68 €	1 019 508,42 €
69	Custos e Perdas Extraordinárias	4.7	0,03 €	1 715,35 €
	(E)		997 114,71 €	1 021 223,77 €
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício			
	(G)		997 114,71 €	1 021 223,77 €
88	Resultado Líquido do Exercício	4.5	-5 058,52 €	-3 970,06 €
			992 056,19 €	1 017 253,71 €
PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e Prestações de Serviços			
72	Impostos e Taxas			
73	Proveitos Suplementares			
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:			
741	Transferências - Tesouro	4.8	965 429,74 €	974 245,13 €
742	Transferências Correntes Obtidas		965 429,74 €	974 245,13 €
	(B)		965 429,74 €	974 245,13 €
78	Proveitos e Ganhos Financeiros			
	(D)		965 429,74 €	974 245,13 €
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	4.9	26 626,45 €	43 008,58 €
	(F)		992 056,19 €	1 017 253,71 €
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =			- 30 790,88 €	- 44 369,23 €
Resultados financeiros: (D) - (C) - (A) =			- 894,06 €	- 894,06 €
Resultados correntes: (D) - (C) =			- 31 684,94 €	- 45 263,29 €
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			- 5 058,52 €	- 3 970,06 €
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			- 5 058,52 €	- 3 970,06 €



Tribunal de Contas
Secção Regional da Madeira

V – Nota de emolumentos e outros encargos

(DL n.º 66/96, de 31 de maio)¹

AÇÃO:	Verificação Externa à Conta da Secção Regional (OE)
ENTIDADE FISCALIZADA:	Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas – Orçamento do Estado
SUJEITO PASSIVO:	Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas – Orçamento do Estado

DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO		VALOR
ENTIDADES COM RECEITAS PRÓPRIAS			
EMOLUMENTOS EM PROCESSOS DE CONTAS (artigo 9.º)	%	RECEITA PRÓPRIA/LUCROS	VALOR
VERIFICAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/CENTRAL:	1,0	0,00€	0,00 €
VERIFICAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS:	0,2		0,00 €
EMOLUMENTOS EM OUTROS PROCESSOS (artigo 10.º) (CONTROLO SUCESSIVO E CONCOMITANTE)	CUSTO STANDARD a)	UNIDADES DE TEMPO	
AÇÃO FORA DA ÁREA DA RESIDÊNCIA OFICIAL:	119,99 €	-	0,00€
AÇÃO NA ÁREA DA RESIDÊNCIA OFICIAL:	88,29 €	-	0,00€
ENTIDADES SEM RECEITAS PRÓPRIAS			
EMOLUMENTOS EM PROCESSOS DE CONTAS OU EM OUTROS PROCESSOS (n.º 6 do art.º 9.º e n.º 1 do art.º 11.º):	5 x VR (b)		1 716,40 €
a) Cfr. a Resolução n.º 4/98 – 2.ª Secção do TC. Fixa o custo <i>standard</i> por unidade de tempo (UT). Cada UT equivale 3H30 de trabalho. b) Cfr. a Resolução n.º 3/2001 – 2.ª Secção do TC. Clarifica a determinação do valor de referência (VR), prevista no n.º 3 do art.º 2.º, determinando que o mesmo corresponde ao índice 100 da escala indiciária das carreiras de regime geral da função pública em vigor à data da deliberação do TC geradora da obrigação emolumentar. O referido índice encontra-se atualmente fixado em 343,28€ pelo n.º 2.º da Portaria n.º 1553-C/2008, publicada no DR Série I, n.º 252, 4.º Suplemento, de 31 de dezembro (atualiza em 2,9 % os índices 100 de todas as escalas salariais).	EMOLUMENTOS CALCULADOS:		1 716,40 €
	LIMITES b)	MÁXIMO (50xVR)	17 164,00 €
		MÍNIMO (5xVR)	1 716,40 €
	EMOLUMENTOS DEVIDOS:		1 716,40 €
	OUTROS ENCARGOS (n.º 3 do art.º 10.º)		0,00 €
TOTAL EMOLUMENTOS E OUTROS ENCARGOS:		1 716,40 €	

1) Diploma cujo art.º 1.º aprovou o regime jurídico dos emolumentos do TC, retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-A/96, de 29 de junho, e na nova redação introduzida pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e pelo art.º 95.º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril.